



# **Escritos de mulheres e sobre mulheres:**

*ensaio no âmbito gaúcho e luso-brasileiro*

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES  
ISABEL MARIA DA CRUZ LOUSADA**





# **Escritos de mulheres e sobre mulheres: ensaios no âmbito gaúcho e luso- brasileiro**



**- 44 -**



## **CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO**

**Alvaro Santos Simões Junior**

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

**António Ventura**

- Universidade de Lisboa -

**Beatriz Weigert**

- Universidade de Évora -

**Carlos Alexandre Baumgarten**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

**Ernesto Rodrigues**

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Francisco Gonzalo Fernandez Suarez**

- Universidade de Santiago de Compostela -

**Francisco Topa**

- Universidade do Porto -

**Isabel Lousada**

- Universidade Nova de Lisboa -

**João Relvão Caetano**

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

**José Eduardo Franco**

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

**Maria Aparecida Ribeiro**

- Universidade de Coimbra -

**Maria Eunice Moreira**

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

**Vania Pinheiro Chaves**

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves  
Isabel Maria da Cruz Lousada

# Escritos de mulheres e sobre mulheres: ensaios no âmbito gaúcho e luso- brasileiro



**Biblioteca Rio-Grandense**

Lisboa / Rio Grande  
2021

## **DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO**

### **DIREÇÃO:**

José Eduardo Franco (Coord)  
Carla Oliveira  
Cécile Méadel  
Fabrice d'Almeida  
João Luís Cardoso  
José Ignacio Ruiz Rodríguez  
Valérie Dévillard  
Pierre-Antoine Fabre

### **COMISSÃO PEDAGÓGICA:**

João Relvão Caetano (Coord.)  
Darlinda Moreira  
Jeffrey Scoot Childs  
Rosa Sequeira  
Sandra Caeiro

### **ASSESSORIA EXECUTIVA:**

Cristiana Lucas (Coord.)  
José Bernardino  
Milene Alves  
Paula Carreira  
Susana Alves-Jesus

## **DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE**

**Presidente:** Francisco das Neves Alves

**Vice-Presidente:** Pedro Alberto Távora Brasil

**Diretor de Acervo:** Mauro Nicola Póvoas

**1º Secretário:** Luiz Henrique Torres

**2º Secretário:** Ronaldo Oliveira Gerundo

**Tesoureiro:** Valdir Barroco

## **Ficha Técnica**

- Título: Escritos de mulheres e sobre mulheres: ensaios no âmbito gaúcho e luso-brasileiro
- Autores: Francisco das Neves Alves e Isabel Maria da Cruz Lousada
- Coleção Rio-Grandense, 44
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Julho de 2021

ISBN - 978-65-89557-35-7

## **CAPA:**

- Retratos das irmãs Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo e de Adelaide Cabete



# Apresentação

Os autores deste livro iniciaram suas relações acadêmicas em 2013 e, desde 2015, vêm desenvolvendo vários projetos conjuntos, a partir dos quais frutificaram a organização de seminários, a realização de palestras e comunicações, a publicação de artigos em revistas científicas especializadas e a edição de livros.

Em 2021, Isabel Lousada realizou um Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande, sob a supervisão de Francisco das Neves Alves. Dentre as atividades desenvolvidas em tal projeto, esteve a de ministrar conjuntamente a disciplina *História da imprensa*.

Como essa disciplina tem uma perspectiva ampla, com um tópico essencial acerca da evolução do jornalismo, mas se voltando ainda à realização de diversos estudos de caso, os ministrantes da mesma optaram por aprofundar uma temática em especial voltada às interfaces entre as atividades jornalísticas e a Escrita Feminina.

Desse modo, fez parte do projeto da execução de *História da imprensa*, no 1º semestre de 2021, a realização de estudos sobre mulheres escritoras e também a respeito de escritos que expressam visões masculinas acerca do feminino. Para tanto, os pesquisadores colocaram à disposição do corpo discente uma série de textos elaborados pelos dois em conjunto ou da lavra de cada um, visando a uma melhor compreensão dos tópicos abordados.

A resposta extremamente positiva dos mestrandos e doutorandos estimulou os ministrantes a retomarem alguns desses trabalhos e publicá-los na forma de livro. Surgiu assim *Escritos de mulheres e sobre mulheres: ensaios no âmbito gaúcho e luso-brasileiro*, reunindo três ensaios que buscam analisar tanto a Escrita Feminina divulgada a partir do jornalismo, como observar um olhar sobre o feminino no contexto luso-brasileiro do século XIX.

# SUMÁRIO

<b>Imprensa periódica literária e Escrita Feminina: duas “mulheres de letras” no extremo-sul do Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>Da presença feminina nas Letras &amp; Ciências: o pioneerism de Adelaide Cabete.....</b>	<b>39</b>
<b>Entre a reificação da mulher e a emancipação feminina: algumas contradições de um cronista de viagens brasileiro-lusitano (Oscar Leal, 1886- 1895).....</b>	<b>73</b>



# **Imprensa periódica literária e Escrita Feminina: duas “mulheres de letras” no extremo-sul do Brasil**

Francisco das Neves Alves\*

O século XIX, apesar de ser conhecido pela tendência geral de progresso, trouxe consigo a continuidade e mesmo o agravamento de uma série de mazelas sociais. Uma delas esteve ligada às questões de gênero com a permanência das relações patriarcais, o amplo predomínio do homem e a manutenção da submissão feminina. Tal estrutura permaneceu sólida por muito tempo e deitou raízes na centúria seguinte, de modo que o enfrentamento contra ela foi árduo e prenhe em obstáculos. Dentre os fatores que constituíram tais

---

\* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009), à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.

forças contestatórias esteve a escrita feminina, com mulheres que, em várias partes do mundo, levantaram suas vozes e utilizaram suas penas para denunciar e combater o *status quo*. Enfrentando todo tipo de resistência, elas persistiram em seus embates por um novo lugar social para a mulher e por relações igualitárias entre os sexos, debatendo e, fundamentalmente, movendo campanhas por meio dos jornais.

Um dos maiores adversários da escrita feminina foi o preconceito, ainda mais por tratar-se de um espaço de vasta preeminência masculina. A própria expressão “homens de letras” tornou-se um verdadeiro lugar comum na identificação dos representantes da intelectualidade do século XIX. É evidente que tal termo leva em conta a palavra “homem” como sinônimo de humanidade, mas também há nela um certo teor reducionista, trazendo em si um fundo de referência ao gênero masculino, quantitativamente predominante no que se refere às lides das letras naquela época. Apesar de tal predomínio, a escrita feminina também se fez presente naquele momento histórico, e a imprensa periódica foi um veículo fundamental para a expressão de tais manifestações. No seio de tais atividades jornalísticas, o periodismo literário foi um daqueles que mais trouxe oportunidades para a difusão da escrita feminina.

Este processo também se desencadeou na conjuntura brasileira, e, no extremo-sul do Brasil, houve, entre tantas outras, duas intelectuais, Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, que granjearam o reconhecimento de seus pares, divulgando seus textos em variados meios jornalísticos. Mas, além disso, elas

mesmas foram responsáveis pela edição de jornais voltados a um público essencialmente feminino e contando com um quadro de redação e colaboração no qual a presença das mulheres foi marcante. Entre 1878 e 1879, Julieta publicou a *Violeta*, experiência breve, mas que atingiu certo impacto, notadamente no que tange ao intercâmbio promovido. Já desde 1883 até a década de 1940, Revocata editou o *Corimbo*, um dos periódicos literários e femininos mais longevos do Brasil. A realização de um breve estudo de caso acerca da ação destas duas “mulheres de letras”, pela causa da igualdade e dos direitos femininos, na segunda metade dos Oitocentos, constitui o objetivo deste trabalho.

Várias destas articuladoras da escrita feminina, apesar de maiores ou menores resistências, acabaram obtendo um determinado reconhecimento, vindo mesmo a ser guindadas à categoria de intelectuais. Tal fator também foi utilizado como uma estratégia nas lutas pelas causas femininas, de modo que a notoriedade no campo da cultura ficava inter-relacionada com o embate político em nome da defesa da mulher. Nesse sentido, suas ações “podem ser compreendidas inteiramente se forem recolocadas no campo ideológico de que fazem parte”, o qual “exprime, de uma forma mais ou menos transfigurada, a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual, por sua vez incluído em um tipo específico de campo político”. Desse modo, em meio às lides literário-culturais, de maneira mais aberta ou velada, se dava o embate em nome dos direitos femininos, ou seja, se estabelecia um “*corpus* constituído no interior do campo ideológico”. Tal *corpus* se insere em um “sistema de relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em

posições diferentes no interior de um campo intelectual”, o qual, “por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder” (BOURDIEU, 2007, p. 184 e 186).

Essas mulheres escritoras levaram em frente uma batalha árdua, contra um inimigo que parecia imbatível, vinculado ao conservantismo social predominante. Entre avanços e recuos, a escrita feminina foi ganhando espaço, embora muitas vezes refutada, menosprezada e até ridicularizada, enfrentando, além do preconceito, a tentativa de silenciamento. Era uma época em que o ato de escrever não foi fácil para as mulheres. Por várias vezes, “sua escritura ficava restrita ao domínio privado”, de modo que transformar o escrito em algo público constituía um processo amplamente dificultoso. As escritoras tiveram de enfrentar “o sarcasmo que acompanhava as mulheres que pretendiam ser autoras”. Era uma “fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las” nestas condições. Além disso, ficavam também demarcadas “as dificuldades de reconhecimento” para que uma mulher conseguisse “transpor a barreira das letras”. Mas não foi um caminho estéril em resultados, pois, “apesar de tudo, as mulheres transpuseram” esses obstáculos, vindo a “conquistar a literatura” (PERROT, 2015, p. 97-99).

No Brasil e sua sociedade tradicionalmente patriarcal, tal processo foi também carregado de óbices, os quais foram bastante intensos no caso do Rio Grande do Sul, com uma formação social em vários aspectos mais conservadora do que no centro do país. Ainda assim, as mulheres escritoras perseveraram, umas legitimando as ações das outras, incentivando e aplaudindo a causa, como fizeram algumas das pioneiras em tais confrontamentos. Segundo elas,

desenvolveu-se uma literatura feminina com “caráter próprio”, graças àquelas que, com “raciocínio, entusiasmo e inspiração”, preferiram viver “pelo cérebro”, tendo mais percepção do que outras que continuavam a se ocupar unicamente “de coisas frívolas” (SABINO, 1899, p. 269-270). Ainda na direção de tal concepção, ficava constituído um momento histórico voltado essencialmente ao incessante trabalho para vencer “os preconceitos ridículos” e “quebrar as algemas do carrancismo” de uma “educação retrógrada, oriunda de um convencionalismo primitivo” (OLIVEIRA, 1907, p. 13-14).

Também de acordo com essas feministas, a escrita feminina espalhou-se de norte a sul do país, quando a mulher venceu a “luta intelectual”, tantas vezes “mais dolorosa e cruel do que as outras”, empenhando-se “pelo seu progresso e levantamento moral” (OSÓRIO, 1924, p. 58-59). Na mesma linha, elas comentavam que foram muitos os “nomes femininos, obscuros uns, conhecidos outros”, que, “dignificando o sexo”, mudaram horizontes (MOURA, 1919, p. 66). Nesse sentido, algumas dessas representantes do sexo feminino estimularam ferrenhas e incessantes campanhas, “revolucionando a sociedade brasileira, opondo uma moderna educação feminina aos costumes arcaicos do passado”. Dessa maneira, consideravam que “as mulheres de responsabilidade social, pela sua posição, pelos seus méritos e dotes intelectuais”, chegaram a formar “uma pléiade considerável” que desmentia “francamente os velhos e repisados preconceitos” sustentados pelos apegados ao conservadorismo (COELHO, 1933, p. 499).

As irmãs Melo, Julieta e Revocata, foram típicas representantes da escrita feminina brasileira dessa época. Ambas tiveram influência nas lides literárias desde o berço, com vários membros da família atuando em tal sentido. Avós, tios, tias, mãe e irmão foram escritores, promovendo em torno das irmãs um ambiente propício ao caminho das letras que marcaria a existência das duas. A mais velha, Revocata Heloísa de Melo, nasceu em Porto Alegre, a 31 de dezembro de 1853, vindo a residir ainda na juventude na cidade portuária do Rio Grande, local onde desenvolveu toda a sua longa carreira, até a morte, em 23 de fevereiro de 1944. Julieta Nativa de Melo era o nome de batismo da outra irmã – o Monteiro foi acrescido com o casamento –, nascida a 21 de outubro de 1855, naquela urbe marítima, na qual também viveu e escreveu até o falecimento, em 27 de janeiro de 1928. Elas desenvolveram uma parceria única, de modo que suas obras encontram-se plenamente integradas, existindo entre ambas “a mais completa identidade” (CESAR, 2006, p. 313).

A vida intelectual das irmãs, como era comum à época, foi múltipla, movendo-se em direções variadas, como a poesia, o conto, a crônica e a dramaturgia. Em termos de produção bibliográfica, Julieta Monteiro publicou *Prelúdios* (1881), *Oscilantes* (1891), *Alma e coração* (1897) e *Terra Sáfara* (1928 – edição póstuma). Por sua vez, Revocata de Melo publicou *Folhas errantes* (1882). A parceria das duas era tão constante, que chegaram a publicar conjuntamente *Coração de mãe* (1893), um drama teatral, escrito a quatro mãos e *Berilos* (1911), edição na qual cada uma redigiu uma das duas partes em que se divide a obra, diversificada entre contos e crônicas da lavra das autoras. Ambas também exerceram a docência,

atuando como professoras particulares. O ponto alto de suas carreiras, entretanto, foi o jornalismo, no qual militaram, ininterruptamente, desde os anos 1870, até suas respectivas mortes, colaborando com periódicos de gêneros diversificados, notadamente literários, e editando jornais.

Elas tiveram também uma grande preocupação de cunho social, movendo campanhas pela abolição da escravatura e no sentido de mitigar a pobreza e combater as mazelas sociais. Politicamente, sustentaram uma perspectiva mais liberal, tanto que, após a proclamação da República, filiaram-se à oposição federalista, colocando-se na luta e na resistência contra o modelo autoritário que dominou o Rio Grande do Sul durante décadas, com a ditadura castilhista-borgista. Além disso, a batalha mais incessante movida pelas irmãs Melo foi aquela em prol das transformações na condição social feminina. Em seus livros e nas tantas colaborações publicadas em periódicos, foram recorrentes os textos voltados a defender os direitos das mulheres e situações mais igualitárias nas relações de gênero. Nesse sentido, uma de suas grandes bandeiras foi exatamente aquela que promovia a ideia de que a educação feminina era o único caminho para a obtenção de um novo papel social para a mulher.

A ação das irmãs Melo a favor da causa feminina foi tão constante que elas encontraram amplo reconhecimento em meio às defensoras dos direitos das mulheres e do feminismo. Entre elas, esteve a escritora Andradina de Oliveira que apontou Julieta e Revocata como “duas glórias do Rio Grande do Sul mental” (OLIVEIRA, 1907, p. 27). Outra militante da causa feminista, Maria Lacerda Moura, em uma de suas

publicações, refere-se às irmãs, ao tratar das “brasileiras célebres”, apresentando-as como “jornalistas profissionais” atuantes no Rio Grande do Sul (MOURA, 1919, p. 76). Também ativista do feminismo, a escritora portuguesa Ana de Castro Osório, ao discutir a “luta intelectual” das mulheres, considerava as irmãs Melo, “respeitadas e veneradas, como relíquias sagradas”, destacando-as como “jornalistas combativas” e defensoras “dos mais modernos ideais femininos”, e, portanto, constituindo, “um belo exemplo de inteligência progressiva, trabalhando pela elevação e progresso do seu sexo” (OSÓRIO, 1924, 58-59). No mesmo quadro, esteve ainda a escritora engajada com o ideal feminista Mariana Coelho, que qualificava Revocata e Julieta como “intelectuais distintas”, as quais colocaram seu “valioso préstimo moral e intelectual” ao serviço das “mais nobres causas”, vindo a ser “conhecidas até além das fronteiras do seu país”, por meio da “elevação de ideias” em direção à meta de promover o “progresso do feminismo” (COELHO, 1933, p. 512-513 e 541).

Foi junto à imprensa que as irmãs Melo tiveram mais destaque, estimulando as interfaces entre a escrita feminina e o jornalismo literário e cultural. Nas décadas finais do século XIX, a imprensa feminina cresceu quantitativa e qualitativamente no Brasil (BUITONI, 2009, p. 30-32), quando “várias mulheres fundam jornais”, os quais visavam a “esclarecer as leitoras, dar informações” e mesmo “fazer reivindicações objetivas” (TELLES, 2015, p. 426). Além dos periódicos femininos propriamente ditos, houve também a inter-relação entre estes e a imprensa literária, uma vez que a “imprensa feminina nasceu sob o signo da literatura” (BUITONI, 1986, p. 22). Estas “mulheres escritoras” não estavam

“isoladas uma das outras, mas, pelo contrário”, formavam “uma espécie de rede feminina” a qual mantinha vínculos com todo o país, e os periódicos foram o “ponto de encontro dessa rede”. A isso se somava o fato de que havia uma “colaboração mútua entre os diversos periódicos”, e este foi “um dos aspectos da solidariedade” que parecia unir tais mulheres (SOARES, 1980, p. 145-146).

Além das tantas colaborações espalhadas por publicações sul-rio-grandenses, brasileiras e mesmo estrangeiras, as irmãs Melo foram editoras de periódicos nos quais houve essa plena conexão entre o literário e o feminino. Julieta Monteiro fundou na cidade do Rio Grande a *Violeta*, que se apresentava como “periódico literário, crítico e instrutivo” e constituiu uma proposta breve no cronológico, uma vez que sua circulação durou por um período de pouco mais de um ano, entre 1878 e 1879. Este jornal trazia em suas páginas prosa, poesia e crítica, além de uma volumosa correspondência. A peculiaridade dessa folha é que, além da redação, suas colaboradoras e seu público alvo eram as mulheres. Ainda que pouco duradoura, a *Violeta* desenvolveu forte intercâmbio, com a troca de exemplares no que tange a edições de outros lugares, em uma rede que atingiu todo o âmbito estadual, bem como várias regiões brasileiras e até mesmo o contexto mundial.

Menos de um lustro depois, foi a vez de Revocata de Melo lançar um periódico literário que serviu em larga escala para a difusão da escrita feminina. Como a *Violeta*, o novo jornal também tinha uma inspiração floral no título – *Corimbo* – trazendo o sentido de uma inflorescência. Tal publicação foi um fenômeno em termos de duração, pois, apesar de alguns momentos de

interrupção, circulou entre 1883 e 1944. Ainda que a orientação e grande parte da colaboração do periódico fossem de origem feminina, em suas páginas também ocorreu a inserção de textos escritos por homens. Ao longo de sua longeva existência, a folha teve diversos formatos, bem como a periodicidade que variou entre semanal, quinzenal e mensal. O norte editorial da folha era a matéria literária em prosa e verso, mas também publicava notícias, opiniões, críticas, entretenimento e matérias sobre modas. O *Corimbo* constituiu um espaço fundamental para a causa feminina e suas páginas trouxeram a colaboração de algumas das mais importantes militantes do movimento feminista da época. O intercâmbio promovido pelo jornal também foi expressivo, tanto pela troca de exemplares, como pela rede de inter-relações estabelecida entre vários escritores e mesmo para com os leitores.

A simbiose cultural entre as irmãs Melo era tão marcante que na *Violeta Julieta* era a proprietária e redatora, ao passo que Revocata foi a mais recorrente das colaboradoras. No caso do *Corimbo*, ocorria o contrário, ficando Revocata com o gerenciamento e a redação, enquanto Julieta permanecia na colaboração até 1898, quando o nome de ambas aparecia no cabeçalho da folha como responsáveis pela redação. A partir da edição da *Violeta* e principalmente do *Corimbo*, bem como através da colaboração em outros periódicos e da publicação de livros, as irmãs Melo conquistaram significativo prestígio e renome em termos regionais e nacionais, com reflexos inclusive no plano internacional. A partir de tal reconhecimento, suas opiniões passaram a ser balizadoras de diversas causas, notadamente no campo social e político. Nesse sentido, Julieta Monteiro e

Revocata de Melo agiram como típicas representantes da intelectualidade de sua época.

Os intelectuais colocam-se em condições de intervir em outros campos de atuação, “em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto nível de independência em relação aos poderes”. Nessa linha, o intelectual torna-se “um ser paradoxal”, a partir da alternativa entre “autonomia e engajamento”, uma vez que sua existência se dá, “históricamente, na e pela superação dessa oposição”. Além disso, ele é “uma personagem bidimensional, que não existe e não subsiste como tal a não ser que (e apenas se) esteja investido de uma autoridade específica”, a qual é “conferida por um mundo intelectual autônomo”, agindo até mesmo com certa autonomia em relação aos “poderes religiosos, políticos e econômicos” (BOURDIEU, 1996, p. 150 e 370). De acordo com tal perspectiva, torna-se fundamental “a representação que os intelectuais possuem do mundo social” e a função por eles desempenhada neste mesmo mundo. A meta essencial é o convencimento do público, uma vez que o “campo intelectual” está incluso “em um campo de poder”, implicando em um *“habitus socialmente constituído”*, o qual possibilita ao intelectual “ocupar as posições que lhe eram oferecidas por um determinado estado do campo intelectual”, bem como “adotar as tomadas de posição estéticas ou ideológicas vinculadas a estas posições” (BOURDIEU, 2007, p. 185, 188 e 190).

No século XIX, essa ação social do intelectual se refletia essencialmente por meio das páginas da imprensa. Nessa época, escrever nos periódicos era “uma ocupação reservada a literatos que entendiam os

jornais e as revistas como espaços públicos de opinião”, de maneira que tal ato constituía “uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicar ideias, de divulgar obras”, ou ainda, “de defender ideologias, de travar polêmicas diversas, enfim, de participar ativamente na construção da esfera pública” (PEIXINHO, 2010, p. 427). Ocorria, assim, uma inter-relação entre o “campo jornalístico” e os “campos de produção cultural”, por meio de uma “intervenção de produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados”. Desse modo, “esses ‘intelectuais-jornalistas’” passavam a servir-se “de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro”, ficando em condições “de exercer dois efeitos principais”, ou seja, promover “formas novas de produção cultural” e fazer valer “seus julgamentos críticos” e “princípios de avaliação”, ratificados a partir de uma suposta “autoridade intelectual” (BOURDIEU, 1997, p. 111).

Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro constituíram muito a contento esta figura do “intelectual-jornalista”. Por meio de dedicatórias, citações, correspondências e avaliações acerca de obras, elas estabeleceram uma malha que entrelaçou escritores e leitores de vários lugares do Brasil e do mundo. Suas ações culturais também foram exaltadas nas páginas de diversos periódicos nacionais e estrangeiros. Na preparação de edições especiais alusivas a datas cívicas ou personagens, em meio a uma maioria de escritores homens, Julieta e Revocata se faziam presentes. A atuação delas como colaboradoras ou mesmo os

anúncios acerca das folhas que gerenciaram ou dos livros que publicaram traziam seus próprios nomes como um indicativo de qualidade. A partir desse reconhecimento intelectual, as irmãs Melo levantaram diversas bandeiras e uma das mais importantes foi a voltada à condição feminina.

A igualdade, os direitos da mulher e a educação feminina foram temas recorrentes pelos quais as “intelectuais-jornalistas” intentaram o convencimento público. Essas batalhas refletiam um dos cernes da escrita feminina e foram travadas por meio de contos, crônicas, dramas e poemas, mas também por uma atuação mais vibrante nas páginas dos jornais. Embora as irmãs Melo não chegassem a promover um jornalismo panfletário, optando por um estilo normalmente mais moderado, elas não pouparam esforços para promover a ideia de que, mesmo sem deixar de lado sua vida familiar, as mulheres poderiam conquistar um nova função social, notadamente a partir de uma educação mais apurada. Tal ação pode ser exemplificativamente demonstrada, na forma de estudos de caso, através de alguns dos textos publicados na *Violeta* e de uma intensa campanha da causa feminina defendida nas páginas do *Corimbo* entre 1891 e 1892.

Nesse sentido, a redação da *Violeta* publicou “A educação da mulher” (VIOLETA, Rio Grande, 20 abr. 1879, a. 2, n. 45, p. 2), breve artigo, considerado como ideal para atender “ao tamanho de nosso jornalzinho”. De acordo com o texto, era na educação feminina que estava “uma das principais, senão a primeira das bases de nossa felicidade”. Revelando o tom combativo, a redação explicava que “não somos do número daquelas pessoas que julgam a mulher apenas apta para o serviço

doméstico”, contrariando ao que “algumas penas assaz abalizadas” vinham julgando. Havia também a ressalva da discordância para com uma “educação exclusivamente literária”, com a proposta de um “meio termo”, o qual seria “o melhor método a seguir”. Nessa linha, a proposta era a conciliação entre os afazeres domésticos e a instrução, uma vez que o estudo seria “sempre útil”. Explicitando mais uma vez o embate, ficava demarcado o descrédito para com aqueles que não defendiam a educação feminina, sob a alegação de que parecia incrível que houvesse pessoas que dissessem “não saber para o que servem as letras”.

Na mesma edição, tal texto era corroborado pela publicação de um poema intitulado “O estudo” (VIOLETA, Rio Grande, 20 abr. 1879, a. 2, n. 45, p. 4). Nos versos ficava reforçada a proposta de que as mulheres deveriam procurar a luz das letras, em substituição a outros afazeres mais fúteis, de modo que, pela instrução, obtivessem um novo papel social:

É no estudo apurado das letras  
Que a mulher procurar deve a luz,  
Não nos bailes, nas salas festivas  
Onde a louca vaidade transluz.

Estudar é buscar um futuro  
Nobre, santo, querido por Deus,  
Estudar é buscar no trabalho  
Desvendar das ciências os véus.

Estudai, pois ó flores singelas  
Meigas virgens que em trevas viveis,  
Que áureo prêmio de vossos trabalhos  
No saber muito breve achareis.

Como uma das principais colaboradoras da *Violeta*, Revocata de Melo publicou em suas páginas o evocativo texto “A mulher e seus direitos” (VIOLETA, Rio Grande, 1º jun. 1879, a. 2, n. 49, p. 1-2). Demarcando o pensamento moderado que orientou a postura das irmãs Melo, Revocata não deixou de enfatizar as ligações da mulher com as questões domésticas, entretanto, comentava que aquele “anjo do lar” também nascera “para grandes cometimentos”. De acordo com tal perspectiva, a escritora defendia que entre as mulheres “o espírito pode alar-se e a ideia rebentar cintilante, sublime e grandiosa”, uma vez que “o gênio, esse meteoro deslumbrador, desconhece os sexos”, e, “desde a antiguidade, enquanto fonte feminil, tem ele derramado suas brilhantes fagulhas”. Novamente era levantada a bandeira da educação feminina, sob a argumentação de que “a mulher por meio do estudo e das letras” poderia buscar “a ilustração, a ciência e o dourado pomo da sabedoria, aclarando o espírito e desterrando a ignorância”.

Nesse mesmo artigo, Revocata defendia que a mulher que se dedicasse ao estudo seria “mais digna de louvores e de admiração que o homem”. A escritora voltava a destacar que a mulher não precisava afastar-se “dos labores do lar” para educar-se, podendo ultrapassar a “luta no estreito âmbito da esfera doméstica”, de modo a “dar amplo espaço às suas aspirações de glória”. Na opinião da articulista, era “errôneo o pensar e até dizer que a mulher dada às letras” faltava “aos deveres domésticos” e para corroborar seu pensamento, destacava o caso de uma senhora que, apesar de todos os cuidados com a família,

“não deixou por isso de estudar, procurar livros científicos, e, no silêncio das noites, ilustrar seu espírito”. Revocata valorizava tal atitude, ainda mais que, quando as filhas de tal senhora “chegaram à idade do conhecimento”, puderam contar com a mãe como mentora, trazendo-lhes “o amor pela literatura” e “bons e proveitosos livros”, além da própria “educação doméstica”. O espírito de reivindicação, ainda que mediado pela moderação, ficava expresso na frase de fechamento do texto: “Deixem-nos, pois, hastear nosso estandarte, soltarmos o grito não da rebeldia, nem da revolta anarquista, mas sim de apelo ao templo de Minerva, à luta em prol de nossos direitos”.

Nas páginas do *Corimbo* o combate em nome de uma nova condição social para a mulher foi constante. Entre março de 1891 e março de 1892, sob a redação e gerência de Revocata de Melo, a irmã Julieta publicou consecutivas colaborações acerca do tema, chegando a gerar debates quanto às questões por ela defendidas. Nessa linha, foi publicado o artigo denominado “Duas faces” (CORIMBO, Rio Grande, 29 mar. 1891, a. 7, n. 23, p. 1), segundo o qual havia “duas formas inteiramente opostas de educar a mulher”, ou seja, “mostrando-lhe todos os horrores do mundo, todas as perversidades de que é capaz o homem”, ou, por outro lado, “cobrindo-a com denso véu, sempre que tiver de enfrentar as misérias que a sociedade” apontava diariamente. A autora buscava adotar uma postura medianeira, demonstrando os prós e contras de cada uma das formas de instruir as meninas, e propondo que elas não fossem deixadas na plena escuridão, mas que também não fossem expostas a toda hediondez. Revelando abertura em relação a outros pensamentos, a articulista pedia

opiniões quanto ao tema, uma vez que, para ela, seria “tão grato o aprender”.

O artigo de Julieta Monteiro trazia a necessidade de educar as meninas como uma condição *sine qua non* na formação das mulheres e o tema foi complementado por uma transcrição publicada no *Corimbo* defendendo abertamente a questão da “educação da mulher”. As estratégias para promover a educação feminina acabaram por transformar-se em assunto de debate, promovido em meio às páginas do periódico, com a participação de dois escritores rio-grandenses, os poetas e jornalistas Tito Canarim e Cipriano Porto Alegre. A resposta de Julieta foi expressa por meio do artigo “Ainda a educação da mulher” (CORIMBO, Rio Grande, 5 abr. 1891, a. 7, n. 24, p. 1-2; 12 abr. 1891, a. 7, n. 25, p. 1-2; 19 abr. 1891, a. 7, n. 26, p. 1-2; e 3 maio 1891, a. 7, n. 28, p. 1), no qual ela ponderava sobre as posições dos citados articulistas, o primeiro contrário e o segundo favorável às suas ideias e vindo a concluir que preferia manter a formação das meninas o mais afastada possível dos vícios, mas sem abandonar a perspectiva da necessidade da instrução feminina.

Como o debate permaneceu, Julieta Monteiro lançou argumentos com maior veemência no texto “Respondendo ao artigo” (CORIMBO, Rio Grande, 17 maio 1891, a. 7, n. 30, p. 1), no qual reiterava que preferia ver a educação das meninas sem a necessidade de um contato maior com os vícios e chagas da sociedade. A escritora reagia à argumentação de que “no cenário da vida”, a mulher poderia ser “apenas boa filha, esposa ou mãe”, destacando que tal “trilogia” tinha representatividade para ela, mas estaria bem longe de limitar “à mulher a esse círculo, onde é certo, deseja vê-

la, grande ou a maior parte do sexo varonil". Ela opôs-se frontalmente à dedução de seu oponente de que preferia "a mulher ignorante", vindo a afirmar que queria a mulher "educada, instruída, ilustrada, identificada com as evoluções do progresso humano", bem como "seguindo o caminho do século e participando das glórias e dos infortúnios do homem".

Ainda houve outros dois artigos dos contendores, com a deposição de armas do polemista que antagonizava com Julieta. Mas a escritora não se mostrou satisfeita e, novamente de forma enfática, publicou o artigo "Ainda e sempre" (CORIMBO, Rio Grande, 24 maio 1891, a. 7, n. 31, p. 1-2; e 31 maio 1891, a. 7, n. 32, p. 1-2). No texto, a escritora fazia uma exortativa defesa da condição feminina, não aceitando que seu antagonista usasse expressões como "vence porque é delicada, porque é mulher, porque não nos animamos a prosseguir", diante do que reagia, declarando que rejeitava "a vitória oferecida", pois se tivesse "pretensões ao triunfo", desejaria "obtê-lo pela razão". A resposta de Julieta Monteiro trazia em si uma defesa peremptória da mulher, afirmando que não queria, como supunha seu rival, "divinizar o nosso sexo", argumentando que, caso as mulheres tivessem a vaidade de que eram acusadas, poderiam ter por base as homenagens recebidas "pela palavra, pela pena e pelo coração" dos homens. Fazendo referências quanto à visão de certas nacionalidades para com o papel da mulher, Julieta concluía que preferiavê-la "grande, digna e exemplar".

Na virada de 1891 para 1892, o *Corimbo* publicou em partes o texto de Julieta de Melo Monteiro intitulado "A mulher" (CORIMBO, Rio Grande, 20 dez. 1891, a. 8,

n. 61, p. 1-2; e 20 mar. 1892, a. 8, n. 72, p. 1). O artigo trazia em si uma síntese do pensamento defendido pelas irmãs Melo em torno da luta pela educação e emancipação feminina. Na abertura do texto, a autora opinava que “a mulher tem sido, é, e será sempre o assunto predileto do homem”, fosse de maneira positiva ou negativa. Nesse sentido, afirmava que “quer endeusando-a, quer emprestando-lhe defeitos que está longe de possuir”, muitas eram “as penas que diariamente aparecem para descrevê-la”. Segundo Julieta, tais percepções tratavam da missão feminina junto ao lar e davam “justo ou errôneo parecer sobre as habilitações e empresas concernentes ao seu sexo”. A jornalista rio-grandense destacava ainda que “grande parte dos homens, e especialmente aqueles cujo espírito não tem o necessário desenvolvimento”, se posicionavam “pela decantada trilogia *filha, esposa e mãe*”.

No artigo, Julieta Monteiro assumia uma postura de combate, ao afirmar que aqueles que pretendiam atribuir à mulher única e exclusivamente as funções domésticas, não poderiam e não queriam “concordar que esse ente apelidado de fraco”, pudesse “desempenhar no vasto cenário do mundo um papel igual e até muitas vezes superior” ao do homem. Ela se referia a um livro editado em 1868, cuja autoria era indicada pelas iniciais A. R. T. S, e citava “a autora do *Tratado da emancipação da mulher e direito de votar*”, ao dizer que era “uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não pode rivalizar com a dele”. De acordo com Julieta, essa seria uma premissa incontestável e, para corroborar com a tese, destacava que “a história de todos os tempos” mostrava “um sem

número de exemplos da capacidade intelectual da mulher”, havendo casos “que se repetiriam diariamente, se fossem outros os elementos” à disposição das mulheres. A tal respeito, a escritora discorria sobre um de seus temas preferidos, alegando que a educação feminina vinha sendo até então “cruelmente descurada”, bem como a “liberdade de proceder na sociedade” de parte da mulher, vinha encontrando “sempre as mais rigorosas peias, especialmente no nosso país”.

A jornalista opinava ainda que não lhe parecia haver razão para aquele tratamento em relação às mulheres e saudava o fato de ver que ao seu lado batalhavam “grandes espíritos, que lutam em prol da educação e emancipação da mulher”. Na concepção da escritora, tal qual o homem, a mulher tinha direitos e poderia pensar e agir como ele. Para comprovar suas asseverações, Julieta Monteiro citava vários autores, como o pensador francês Condorcet, e os britânicos Godwin e Benthan, considerados como “ilustres democratas europeus” que “reconheceram o direito da mulher”. Na mesma direção, ela afirmava também que “os mais alevantados talentos da Alemanha, França e Inglaterra” concordavam “na igualdade de inteligência entre os dois sexos”. Diante disso, Julieta exclamava: “Deixem-na, pois, dar livre curso às suas ideias: trabalhar e pensar por si”. Voltando à estratégia das citações, sem explicitar a autoria, ela destacava que “uma ilustrada pena” teria escrito que “enquanto a mulher subsistir somente pelo trabalho do marido”, a sua condição seria “sempre triste”, estando sem representação na sociedade e “sempre exposta e maltratada especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados”.

Em clara alusão à sua profissão, Julieta Monteiro lembrava nomes de jornalistas que tinham se destacado no contexto internacional e, diante de tal cenário, questionava como se poderia “negar à mulher influência nos grandes cometimentos internacionais”. Segundo a autora, “os homens, especialmente aqueles cujo espírito é um foco de ilustração”, deveriam “antes animar a mulher a que estude, eduque-se, ilustre-se”, de modo que assim pudesse “ocupar na sociedade o lugar” que a ela competia, ao invés de “estar procurando desprestigiá-la, rindo dessa ignorância cruel”, que, para a escritora era incompatível com o “século de Victor Hugo, o século das luzes”. Julieta reconhecia que “a mulher brasileira, quase que no geral, pertence ao número daquelas” que desconhecia, em termos literários, as “glórias de seu florescente país”, mas imputava a culpa de tal situação aos homens. Na sua percepção, “a maior soma de responsabilidade dessa fatal cegueira, dessa calamitosa treva”, na qual a mulher tateava, cabia “incontestavelmente ao homem”.

Nessa perspectiva, a colaboradora do *Corimbo* defendia que, ao invés de condená-la à ignorância, ao homem cabia “mostrar a luz” para a mulher, e para tanto não seria “necessária nenhuma luta titânica”, uma vez que “a mulher é inteligente e, convenientemente educada”, poderia “estar sempre a par do homem no grande convívio social”. Mais uma vez recorrendo aos dizeres de um intelectual, no caso o político, jornalista e escritor pernambucano Joaquim Nabuco, apontado pela escritora como “cabeça gigante” e “talento adorável”, citava suas palavras, ao afirmar que “a posição da mulher na vida moderna” tendia “a rivalizar com a do homem”, pois “a indústria não conhece sexos”, bem

como “inteligência, aptidão, honestidade” eram “grandes qualidades de operário que a mulher” possuía “em elevado grau”. Ao concluir o artigo, Julieta Monteiro optava novamente pela citação, desta vez oriunda dos dizeres do escritor português Augusto Emílio Zaluar, apontado pelo epíteto de “inolvidável pena do poeta das *Revelações*”, o qual traçara “em caracteres de ouro esta grande verdade: *Procurar instruir os homens, e deixar na ignorância as mulheres, é um erro e um crime*”.

Tal conjunto de textos constitui apenas uma brevíssima amostragem, sem deixar de ser representativo do universo de manifestações expressas nas páginas da *Violeta* e do *Corimbo* em nome da causa feminina. Essa amostra parte do pressuposto de que “somente uma análise estrutural dos sistemas de relações que definem um determinado estado do campo intelectual pode imprimir eficácia” ao estudo, já que lhe fornece “os princípios de uma seleção de fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é, suas propriedades de posição” (BOURDIEU, 2007, p. 186). Ao divulgar tais matérias na redação dos periódicos por elas mantidos, as irmãs Melo, na condição de “intelectuais-jornalistas”, atuaram como articuladoras do ideário em torno de uma nova condição social para a mulher, promovendo o debate e a difusão dessas ideias, em plena interação da escrita feminina para com os campos literário-cultural e político-ideológico.

Dessa maneira, os artigos que compõem tal amostragem não são aleatórios em relação à própria conjuntura histórica e, pelo contrário, estão plenamente inter-relacionados com ela. Os textos editados em 1879 correspondiam a uma época na qual havia a afirmação

de um pensamento contestador, inclusive quanto às instituições, como a escravatura e até a própria monarquia. De acordo com tal perspectiva reivindicatória, a *Violeta* tornou-se espaço para a luta pela educação feminina, como estratégia para o surgimento de uma nova mulher. Mais tarde, o outro conjunto de matérias, publicadas entre 1891 e 1892 são concernentes ao momento histórico de ascensão da República, a qual trouxe consigo algumas esperanças de transformações, notadamente no campo social. Mas as expectativas foram frustradas, pois as estruturas da sociedade permaneceram intocadas. Muitas das escritoras chegaram a imaginar uma nova condição social para a mulher, a partir da mudança da forma de governo, mas o sonho foi frustrado, diante da permanência das relações patriarcais de submissão feminina. Na época da constituinte republicana chegou a ser pleiteada uma maior participação política da mulher, o que também não foi confirmado, vindo a ser negada na constituição promulgada em 1891 até mesmo a possibilidade do voto feminino. Diante disso, houve nas páginas do *Corimbo* um acirramento do embate em torno da busca de mudanças na função social da mulher.

Assim, esta breve amostragem reflete em si a ação das irmãs Melo nas lides jornalísticas e como intelectuais, levando em frente uma bandeira. Nessa linha, a amostra apresentada buscou trazer certas “características pertinentes”, relacionadas com um “sistema explicativo capaz de elucidar cada obra em sua singularidade”, ao abordar “um campo ideológico que corresponde a um determinado estado da estrutura do campo intelectual” (BORDIEU, 2007, p. 187). Tantos outros textos vieram ao encontro dos aqui destacados,

ainda mais no caso do *Corimbo*, cuja existência avançou pelas quatro primeiras décadas do século XX, transformando-se tal periódico “em uma espécie de caixa de ressonância do movimento feminista brasileiro”, pois, “além da produção local”, publicava “artigos das mais variadas origens em defesa da mulher”, registrando “os acontecimentos importantes nessa área” (SOARES, 1980, p. 146). Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloísa de Melo, na condição de “mulheres de letras” e como “intelectuais-jornalistas”, conquistaram um protagonismo em termos de escrita feminina e atuaram em prol de uma transformação no status social das mulheres, partindo do extremo-sul brasileiro, mas contribuindo decisivamente na difusão de tal ideário além das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil<sup>1</sup>.

### Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 99-120.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em: *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, v.24, p.179-195, jul. - dez. 2018.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. 2.ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Corag, 2006.

COELHO, Mariana. *Evolução do feminismo: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933.

MOURA, Maria Lacerda de. *Renovação*. Belo Horizonte: Tipografia Athene, 1919.

OLIVEIRA, Andradina de. *A mulher rio-grandense - escritoras mortas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1907.

OSÓRIO, Ana de Castro. *A grande aliança (a minha propaganda no Brasil)*. Lisboa: Tipografia Lusitana, 1924.

PEIXINHO, Ana Teresa. Escritores e jornalistas: um estudo de caso. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. p. 423-436.

PERRROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

SABINO, Inês. *Mulheres ilustres do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1899.

SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina & ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasiliense, 1980. p. 121-150.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.

# **Da presença feminina nas Letras & Ciências: o pioneirismo de Adelaide Cabete**

Isabel Maria da Cruz Lousada\*

A maior parte dos homens de hoje já não receiam que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Ele vê que a mulher, à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um ser consciente e, portanto, com maior direito ao título de mãe e de esposa. (CABETE, 1924)

Alentejana, Adelaide de Jesus Damas Brazão torna-se conhecida pelo apelido Cabete, que adota logo após o casamento celebrado, em 1886, com o republicano Manuel Fernandes (1849-1916). Louise Michel é o nome

---

\* Isabel Maria da Cruz Lousada (n. 1962 em Lisboa) é Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (1984), Mestre (1889) e Doutora (1999) em Estudos Comparados – Anglo Portugueses, pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). É Investigadora Auxiliar de nomeação definitiva da FCSH, Investigadora Integrada no CICS.NOVA e Investigadora colaboradora no CLEPUL (UL).

simbólico por si eleito ao ser iniciada pelo Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, Sebastião de Magalhães Lima, a 1 de Março de 1907, deixando transparecer a admiração pelo perfil dessa revolucionária francesa, celebrizada durante a Comuna de Paris, em 1871. Aliás, refira-se o facto de que também a anarquista francesa conciliara a atividade médica com a de educadora, tendo usado o pseudónimo Clémence. Os paralelismos que podemos traçar a propósito de Adelaide Cabete e Louise Michel são inúmeros, como tivemos ocasião de assinalar ao longo da biografia entretanto editada<sup>2</sup>. Oportuno será, desta feita, partilhar o modo como, por seu punho, assina com o nome simbólico a missiva que agora trazemos à luz<sup>3</sup>, e em que se revoltava contra a propagação de superstições e crendices, considerando-as intoleráveis e incompatíveis com o espírito maçónico de que estava empossada<sup>4</sup>.

Adelaide Cabete foi uma insigne feminista e militante na defesa da emancipação feminina nos vários movimentos e múltiplas iniciativas em que esteve envolvida (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Ligas de Bondade<sup>5</sup>, Congressos Feministas

---

<sup>2</sup> V. LOUSADA, Isabel. Adelaide Cabete (1867-1935). Lisboa: CIG, 2010. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/5089/1/Adelaide%20Cabete\\_Miolo.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/5089/1/Adelaide%20Cabete_Miolo.pdf)>.

<sup>3</sup> Ver anexo A.

<sup>4</sup> Seção de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, Espólios, N47, cx. 1.

<sup>5</sup> V. LOUSADA, Isabel. Ligas de Bondade. In: Roteiros Feministas na Cidade de Lisboa. Lisboa: UMAR, 2010. v. 1, p. 18-20. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/4302/1/Ligas>

e de Educação, Liga Antialcoólica, Liga Portuguesa Abolicionista); Cabete foi ainda capaz de reunir um grande número de adeptas de credos opostos, pelo espírito de liderança e qualidades humanas patenteados ao longo da sua vida. Nobreza de caráter, simplicidade e firmeza aliadas ao dom de palavra levam-na à esfera pública, contrariando a tónica de uma sociedade misógina e patriarcal. Senhora de uma escrita contundente e eclética, denuncia a elevada inteligência de que era dotada, mantendo uma ironia louvável nos seus textos. Amante da leitura e sequiosa de saber, deixou obra profícua na defesa dos mais necessitados, mantendo intensa atividade profissional, quer como reputada médica, quer como educadora<sup>6</sup>.

Ainda durante a Monarquia, assistiu à defesa e à luta pela implantação da República, que viu nascer, e nesse processo teve parte ativa. Sofreu com a falta de liberdade no período da ditadura militar e, em 1929, partiu para Angola ensaiando um novo começo. Teve uma vida singular e um papel relevante aos mais diversos títulos, vindo a morrer em pleno Estado Novo, a 14 de Setembro de 1935, de forma repentina, vitimada por um ataque cardíaco, na sua residência de Lisboa.

A sua família conta-se entre as muitas do Alentejo profundo, cujos magros proveitos não permitiam assegurar aos filhos uma educação primária que os excluísse do trabalho diário necessário ao

---

%20de%20Bondade.pdf>.

<sup>6</sup> Em 1912 é admitida como médica e professora no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em Odivelas, onde rege a disciplina de Higiene e Puericultura até 07/02/1929. Ver anexo D.

sustento da casa. Contudo, dotada de forte personalidade e carisma, o facto de ajudar na apanha da ameixa não a impediu de aprender nem de cantar. Apelidaram-na de mulher forte, como a sua própria compleição nos deixa ver e a obra legada nos faz constatar. Intrépida pioneira republicana, feminista e maçona, foi, com Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), das primeiras médicas a exercer a profissão em Lisboa. Surpreendentemente, ambas foram protagonistas de um papel de relevo, enquanto conspiradoras, pois as suas mãos criaram as primeiras bandeiras republicanas “verde-rubras” que, dois meses depois, a 5 de Outubro, assinalariam a vitória da Revolução<sup>7</sup>.

O consultório de Adelaide Cabete funcionaria também como ponto de apoio às múltiplas atividades de índole filantrópica, sendo ainda sede do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), do qual foi a mais destacada presidente. Fruto de uma vida intensa, enriquecida por experiências muito distintas, viajando além-fronteiras para representar Portugal em congressos internacionais, desde logo os seus horizontes se ampliaram a um ponto que o seu nascimento, o seu

---

<sup>7</sup> V. LOUSADA, Isabel. Em fazenda verde-rubras. In: *A Maçonaria e a Implantação da República*. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2009. p. 78-87. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/2569/1/Em%20fazenda%20verde.pdf>>; LOUSADA, Isabel. Carolina: Por entre os itinerários da Memória e da Ciência. *Gaudium Sciendi*, Lisboa, n. 2, p. 108-117, jul. 2012. Disponível em: <[http://www.ucp.pt/site/resources/documents/SCUCP/GaudiumSciendi/GaudiumSciendi\\_N2/N2\\_Artigos\\_IsabelLousada.pdf](http://www.ucp.pt/site/resources/documents/SCUCP/GaudiumSciendi/GaudiumSciendi_N2/N2_Artigos_IsabelLousada.pdf)>.

género e a vida que levou na infância não fariam supor<sup>8</sup>. Só muito tarde lhe foi possível sair do analfabetismo, mas a velocidade com que a partir daí conquistou etapas novas e cada vez mais difíceis marcou o seu percurso académico<sup>9</sup>, pedagógico e científico<sup>10</sup>:

Excelente colega, muito estudiosa, sempre a par de toda a matéria das lições dadas, salvou muitos condiscípulos, menos aplicados, de darem “estenderetes”. Na aula de “História” do antigo Liceu do Intendente (Lisboa), regida pelo prof. Torres Mascarenhas, em que, numa turma de cento e tantos rapazes, era ela a única aluna, muitas vezes “assoprou” as respostas que os colegas chamados à lição deviam dar, mercê do seu saber e do lugar que ocupava, junto à mesa do mestre. Esse sentimento de generosa solidariedade era já uma primeira manifestação do que Adelaide Cabete devia tornar-se no decorrer da sua vida, toda de “bem fazer”, de “bem querer” e “bem sentir”, abraçando com viva satisfação todas as ideias e obras altruístas. E assim, por ideal de estética social, por necessidade intelectual de verdade e justiça, dedicou-se, apaixonada e sinceramente convicta, à propaganda a favor da emancipação social da mulher, que ela queria ver liberta de

---

<sup>8</sup> Em 14 de Novembro de 1911 é sócia da Sociedade de Geografia de Lisboa com o número 9162.

<sup>9</sup> Adelaide Cabete faz o exame de instrução primária, em 1889, matriculando-se no então Liceu Central de Lisboa, a 27 de Setembro do mesmo ano, vindo a concluir o Curso dos Liceus em 1894.

<sup>10</sup> Ver anexos B e C.

preconceitos. O seu feminismo, porém, não era a masculinização da mulher, nem o seu alheamento da vida doméstica e, consequentemente, o abandono do lar. (LIMA, [s.d.], p. 564-565)

Amante da liberdade republicana, espelhou os valores apregoados e defendidos pelos círculos republicanos e socialistas de que participou. Como mostra de reconhecimento, e a título póstumo, recebeu, a 10 de Junho de 1995, a Medalha e Colar de Grande Oficial da Ordem da Liberdade. A homenagem de que foi alvo espelha a Humanidade - seu lema de vida - e o amor à liberdade, a esteira que seus passos percorreram, na demanda da justiça e da equidade. Disse, e a *República Social*, em 13 de Outubro de 1928, regista:

Nos países onde a moral é única, as mulheres gozam de todos os direitos, o verdadeiro feminismo impera e ainda mais, eles são os mais prósperos e brilhantes do mundo, ao passo que naqueles como o nosso onde os homens são polígamos as mulheres são umas verdadeiras escravas dos homens e estes, como filhos de escravas, ressentindo-se dessa tara, negam à mulher toda a interferência na administração do Estado, como até lhes negam a administração dos seus bens logo que casam.

Homens educados assim não podem compreender o verdadeiro feminismo.

Obcecados, como todos os açambarcadores do poder, não querem ceder uma migalha do seu poderio e colocam assim o sagrado torrão onde nasceram, na retaguarda dos outros. Num país assim nem mesmo os homens são felizes.

Estes países não vivem, vegetam.  
(CABETE, 1928)

Não foi impunemente que as maiores feministas portuguesas a homenagearam ainda em vida. Entre as várias intervenções que poderíamos destacar para corroborar o que foi mencionado, elegemos desta feita o facto de ter sido Adelaide Cabete uma pioneira da Medicina em Portugal, encontrando-se entre as primeiras formadas pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, notando uma realidade legislativa pouco conforme ao feminismo, na medida em que nem todas as profissões eram acessíveis ao universo feminino. Lembramos, a título de exemplo, que só depois do 25 de Abril de 1974 foi possível o ingresso de mulheres na carreira diplomática portuguesa.

Apesar de não serem muito numerosas, a importância do estudo das primeiras médicas portuguesas tem particular sentido. A Escola Médico-Cirúrgica e a Faculdade de Medicina de Lisboa assinalam a passagem de muitas delas, coincidindo com o desenvolvimento da ciência no nosso país e com a primeira vaga do feminismo.

A jornalista Virgínia Quaresma<sup>11</sup> (1882-1973), pouco antes da implantação da República, apresenta-nos o seguinte quadro:

Um grupo de médicas todas elas  
estudiosas e distintas, uma pléiade de poetisas de

---

<sup>11</sup> A este propósito v. Ana Galheto, em *O génio da raça*, que apresenta uma pequena biografia da jornalista portuguesa, nas páginas 63 a 70.

comprovado valor, um punhado de mulheres inteligentes e boas que apostolizam o amorável ideal da paz não falando em D. Domitilia de Carvalho, formada pelas Faculdades de Medicina, de Filosofia e de Matemática e directora do único liceu feminino que tem Portugal e D. Emília Patacho, médica distintíssima, conferente e directora da Casa da Correcção. (QUARESMA, 1910)

Tendo feito alusão a Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Maria do Carmo Lopes e Sofia Quintino, não considerara outras, então já também habilitadas para o exercício da medicina, como Elisa Augusta da Conceição Andrade, a primeira médica em Portugal com consultório médico-cirúrgico especial para senhoras e crianças, a funcionar no Largo de S. Roque, junto ao n.º 3 - 1.º Dtº, desde 1889. É o *Diário de Notícias*, de 1 de Setembro, em 1889, a saudar a primeira médica em Portugal:

A Sr.<sup>a</sup> D. Elisa Augusta da Conceição Andrade, que concluiu este ano o seu curso na Escola Médica de Lisboa, abriu consultório para senhoras e crianças. Eis enfim dado o primeiro e grande passo para a emancipação da mulher, em Portugal! Dentro em pouco, daqui a um ano talvez, duas novas médicas, formadas pela escola do Porto virão juntar-se àquela, e o exemplo destas será seguido e outras lhe sucederão até que entre definitivamente nos nossos costumes a *femme savante* como até aqui entrara a *ménagère*. Para trás a touca de rendas e o avental de chita, para trás o tricot e a agulha de marfim, para traz o *pot au feu!* Honra à Ciência! Glória ao bisturi!

Aliás, os periódicos da época vão assinalando o sucesso da médica, relatando como ia sendo extraordinária a concorrência de senhoras recorrendo aos serviços no seu consultório.

Tal como previsto, assim sucedeu, e outras tantas médicas fizeram o seu caminho, posteriormente, com maior ou menor facilidade, com melhor ou pior resultado, construindo percursos em universos dominados pelo elemento masculino e que durante tantos séculos lhes foram vedados. Escrever sobre elas é também render tributo à luta pela conquista do mérito e à vitória da vocação no feminino. Ainda que exercendo a profissão de médica, Cabete torna-se figura assinalável, sobretudo por permitir vislumbrar o modo como concilia esse labor com a intensa actividade dita filantrópica. Conhecida que é a sua avidez pela leitura, estamos em crer ser identificável como *hobby* o exercício diário que do ler fazia, tornando-se depois, consequentemente, o conhecimento e a atualização de conhecimentos, que da leitura lhe advinham, a alavanca para outras áreas de intervenção em que se movimentava – com bastante dinâmica, saliente-se.

As suas leituras resultam invariavelmente em opiniões e crítica que passa para artigos editados, quer no *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, em *Alma Feminina*, como outros; e a participação na imprensa escrita torna-se um sustentáculo determinante para o progresso social que pretendia ver alcançado<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> V. LOUSADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres Cientistas em Portugal. In: *Women, Science and Globalization. What's up?*

Várias foram as causas pelas quais batalhou incansavelmente, salientamos, entre outras, a da educação/instrução, baseada no seguinte princípio:

E certíssimo também é que incutindo a vontade a um povo, faz-se dele uma nação de autónomos e não de autómatos que só são aceitáveis nos povos selvagens.

São, portanto, teorias muito de peso as expostas pelos grandes homens da Humanidade com respeito à necessidade da educação e instrução, duas alavancas precisas para sustentar uma nação.

Mas pertence só à mulher, e principalmente às mães, essa grandiosíssima missão, pois só elas sabem educar e instruir a criança, incutindo-lhe a vontade, sim, mas com bondade, ternura e amor, trindade esta que forma a terceira alavanca necessária para agrupar às duas acima descritas. (CABETE, 1933a)

Donde, num conceito mais alargado, Adelaide Cabete defendia a proteção das crianças como factor de impedimento para o propagar da violência. Travar a violência, pela educação infantil, era, em seu entender, a proposta mais razoável e a semente mais fecunda. Fundamentava a médica os seus argumentos em modelos já testados internacionalmente com sucesso. A título de exemplo retenhamos o seguinte:

---

Lisboa: AMONET, 2012. p. 57-85. Disponível em:  
<<http://run.unl.pt/bitstream/10362/8389/2/Amonet-Isabel%20Lousada%20p65.pdf>>.

Na Bélgica, nação a mais pacifista de todas, se tinha assentado em fundar numa aliança entre todos os educadores mundiais para se fazer a propaganda da paz na Escola.

Muito me apraz ver germinar esta ideia por toda a parte, pois estou convencida de que, visto os adultos estarem eivados de tanta maldade, só da criança se pode esperar a germinação dum ideal puro como o da Paz.

Em 1923, como já tive ocasião de dizer algures, apresentei numa reunião pacifista internacional, em Paris, o princípio de que as máximas *se queres a paz prepara a guerra e se queres a paz prepara a paz* deviam ser substituídas pela seguinte: *se queres a paz prepara a criança*.

Por eu ter há muito defendido esta ideia, se explica a minha grande satisfação ao ler a local acima mencionada.

É, pois, certo que todos os países civilizados estão tratando deste momento assunto, educando a criança, o homem de manhã, em tão puros e belos ideais, e que em todos se fundam associações internacionais para crianças, todas elas de carácter pacifista como são, as Ligas de Bondade, os Escuteiros, os Amigos dos Vizinhos, etc.

Precisam as crianças portuguesas de ser educadas nestes princípios? Sim, mais ainda do que quaisquer outras, pois trazem ao nascer as tendências ancestrais guerreiras dos seus avós, porque a hereditariedade moral, como a física, é um facto, apesar de muitas teorias quererem negá-la. (CABETE, 1933b, p. 2, grifo da autora)

Se ao longo de toda a sua vida foi coerente e constante a defender essas questões, assim foi

paulatinamente também escrevendo e lutando contra práticas nefastas, privilegiando o educar para a prevenção, de modo a combater os flagelos provocados pelos vícios, tais como o jogo, o tabagismo, o alcoolismo e a prostituição, que via tantas vezes andarem, infelizmente, aliados e que denunciava<sup>13</sup>. Também no quadro internacional, as diferentes correntes higienistas frequentemente se permitiam aglutinar causas, de que, aliás, chegavam notícias a Portugal, através dos jornais, como é o caso do artigo “A força na propaganda feminista”, escrito propositadamente para *O Rebate*, de Marthe Bray, reputada jornalista francesa que presidia à Liga de Ação Feminina pro Sufrágio:

Nós não nos contentamos de pregar o sufrágio feminino: temos também a alegria de mostrar que antes de tudo nos sabemos tornar úteis. Com efeito, a luta contra os flagelos sociais está inscrita no programa feminista. Ora a Higiene, filha do Progresso, não está ainda tão espalhada como nós o desejaríamos, por isso, ao mesmo tempo que efectuamos o nosso trabalho de sufragistas, trabalhamos também na propaganda de higiene social geral. Munidos dum carta de apresentação para todos os «maires» de França, carregadas de cartazes, de folhetos contra o alcoolismo, a sífilis, a

---

<sup>13</sup> V. LOUSADA, Isabel. A Batalha de Adelaide Cabete em A Batalha – higienismo no feminismo. In: *Actas do Congresso Feminista 2008*. Lisboa: UMAR, 2009. Disponível em: <[http://run.unl.pt/bitstream/10362/2570/1/Actas\\_CF08.pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/2570/1/Actas_CF08.pdf)>.

tuberculose, o cancro, as doenças infantis. (BRAY, 1928, p. 1)

Também era este um modo de atuar por parte das organizações feministas e filantrópicas presididas por Adelaide Cabete. Aliando a sua capacitação enquanto médica ao estatuto que a sua história de vida lhe vinha granjeando, tornava-se combatente em várias frentes, em consonância com os conhecimentos científicos universalmente aceitos como válidos na defesa do bem comum, pela partilha que deles fazia, advogando a profilaxia:

A luta anti-alcoólica por meios educativos é a que se deve fazer entre nós de preferência à repressiva. Um povo como o nosso que não suporta ditaduras, também não suporta leis repressivas das suas liberdades individuais ainda que estas sejam para o seu próprio interesse. Bem sei que o processo educativo precisa de muita intensidade de acção para produzir algum efeito mas não há dúvida que é de absoluta necessidade fazer-se entre nós esta propaganda sob pena de vermos uma raça definhar-se a passos gigantescos.

Vejamos algumas destas reformas sociais tendentes a combater o alcoolismo. Um dos meios é o internato facultativo dos alcoólicos em hospitais apropriados. Todo o indivíduo que bebe é um doente, é um degenerado e, como tal, incapaz, por seu alvedrio, de se curar a si próprio [...].

A propaganda feita pelos educadores e na escola, é, quanto a mim, a mais eficaz. É preciso ensinar à criança o que é o álcool e o

perigo que resulta do seu uso. Entendo que se devem fazer conferências semanais, nas escolas, acompanhadas de projecções animatográficas. É indispensável gravar no cérebro das crianças os malefícios que o álcool produz, visto que, segundo creio, os resultados são mais seguros. (CABETE, 1924a, p. 6)

Porventura um dos aspectos menos estudados das suas obras é o do seu envolvimento na Liga Portuguesa Abolicionista [contra a prostituição], de que aliás é membro fundador, em Portugal.

Apesar de não ter sido mãe biológica, Cabete criou dois sobrinhos, Maria (1873-1943) e Arnaldo Brazão (1890-1968), sendo este último o seu coadjutor no combate às redes de tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual. Procurando dar leitura mais cabal a esse aspecto, ao qual se dedicou empenhadamente, adiante integramos uma pequena cronologia em modo de síntese, na expectativa de poder servir de enquadramento à temática:

**1875** - Fundação da Federação Abolicionista Internacional [19 de Março].

**1876** - 1.<sup>a</sup> Conferência em Londres da Federação Abolicionista Internacional, fundada por Josephine Butler (1828-1909).

**1885** - Admissão de médicas ao internato nos hospitais por decisão do Conselho Municipal de Paris [2 de Fevereiro].

**1913** - Congresso de Paris, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

**1922** - Congresso de Roma, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

**1924** – Congresso de Gratz, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

**1926** – Atuação de Adelaide Cabete como coadjuvante na organização do 1.º Congresso Abolicionista Português, organizado pela Liga Portuguesa Abolicionista, representando a Loja Humanidade [Agosto].

**1927** – Congresso de Anvers, organizado pela Federação Abolicionista Internacional.

**1929** – Realização do II Congresso Abolicionista, em Portugal, a cargo da Liga Portuguesa Abolicionista [Maio]. Adelaide Cabete colabora e apresenta a Tese Eugénica e Eugenética.

Não será despiciendo referir a morada da Liga Portuguesa Abolicionista, correspondendo precisamente à morada do consultório de Adelaide Cabete, sítio na Praça dos Restauradores, n.º 13, 2.º, em Lisboa. Curioso será lembrar que, ao fazer-se o balanço do I Congresso Abolicionista, realizado em Agosto de 1926, foi referido ser o fator educativo o ponto-chave para se poder actuar eficazmente contra a prostituição, atribuindo à falta de educação da mulher a determinante para a sua queda. A luta contra o meretrício foi, nesse primeiro encontro, participada por inúmeros congressistas, sobretudo professores. No caso do II Congresso Abolicionista, refira-se que foram convidados, para além da médica, e entre outros, António Ferrão, Angélica Porto, Emílio Costa, Beatriz de Magalhães, Maria O'Neill, Agostinho Fortes, Elina Guimarães, para além de Adolfo Lima. Tal facto indica a margem de apoio requerida pelos promotores da iniciativa.

Aliás, é assinado pela pena de Maria O'Neill o poema dedicado a esse advogado feminista e abolicionista convicto, que transcrevemos:

Quando o homem respeita a mãe que há tido  
Em todas as mulheres que conhece  
E, defendendo as fracas, enaltece  
O muito que elas têm padecido.  
Quando, por todos, é reconhecido  
Que tenta erguer o ser que desfalece  
E filha vê naquela que parece  
Ter-se cada vez mais envilecido...  
Começa o seu caminho radiosso  
E passa além do que lhe está marcado  
Neste mundo onde impera lama e dor.  
E quer creia ou não creia vive em gozo:  
Pois quem levanta um ser já desprezado  
Segue os passos do Grande Redemptor.  
(O'NEILL, 1928, p. 1)

Marcada a sua atuação pela poesia, esta correspondia, na verdade, a uma luta que ainda hoje não foi ultrapassada; se já no 1.º Congresso Feminista e de Educação, a professora Victória Pais de Andrade (1882-1930), a 22 de Junho de 1926, sintetizava o sentir e o pensar acerca das malhas e das redes em que as mulheres mais vulneráveis eram vítimas e cativas, também hoje encontramos eco desse mesmo combate, ainda por vencer, em projetos (POPH - Programa Operacional Potencial Humano) como o que recentemente, em Portugal, organizou, no Centro de Informação Urbana de Lisboa, a Conferência Internacional Tráfico de Mulheres - Romper Silêncios, congregando elementos da FDIM (Federação

Democrática Internacional das Mulheres) ou a Campanha Europeia “Juntos por uma Europa Livre de Prostituição”, promovida pelo Lobby Europeu de Mulheres<sup>14</sup>. Nas palavras de Victória Andrade (1926, p. 22-23), a premência da causa é assinalada do seguinte modo:

É tempo de modificarmos o actual estado de coisas, tentando dignificar a mulher para dignificarmos a Humanidade de que ela faz parte.

É preciso compreendemos que a mulher que hoje tem a coragem moral, de criar, educar e apresentar publicamente um filho que o pai cobardemente abandonou [...].

Por isso não admira que tantas vezes sucumba, escolhendo qualquer dos caminhos de que já falei para se refugiar e acalmar as suas dores – o suicídio ou a prostituição. [...]

Se as coisas se passassem de outro modo, isto é, se a nossa organização social reconhecesse a todos os seres sem diferença de sexo os mesmos direitos, ainda teríamos hoje, que travar um combate tão activo contra o indecoroso comércio da carne humana? Creio bem que não.

---

<sup>14</sup> Refira-se a Associação «O Ninho» cuja história é assinalável, no nosso país, procurando encontrar vias de resolução para o drama da prostituição, encarando o tráfico como a “escravatura do Século XXI” V. <<http://www.oninho.pt/ficheiros/documentacao/TR%C3%81FICO%20DE%20MULHERES%20E2%80%93%20ROMPER%20SIL%C3%81NCIOS.pdf>>

Desde a sua fundação, a leitura do 1.º artigo dos Estatutos da congénere abolicionista internacional permite encarar a regulação da prostituição como “erro higiénico, injustiça social, monstruosidade moral e crime jurídico”, donde para lhe fazer face a Federação tenha proposto um combate em três frentes, visando ao aspecto moral, social e jurídico. Assim entendemos, pois, os múltiplos esforços para que em Portugal essa convicção passasse também da teoria para o terreno. Face ao registo da Assembleia Geral, que decorreu em 13 de Janeiro de 1929, foram eleitos os seguintes corpos sociais: a médica Cabete, presidente da Assembleia Geral, e Maria O'Neill, vice-presidente, tendo como secretários, respectivamente, José Carlos de Sousa e Augusto Carlos Rodrigues; como membros da direção encontravam-se o advogado Arnaldo Brazão e a vice-presidente, Angélica Porto, secretariados por Beatriz Magalhães e Mariana da Assunção Silva, tendo por tesoureiro Henrique Gonçalves e vogais Maria Luz Santos e Maria da Conceição Lopes Marques. O Conselho Fiscal era composto por Domingos Álvares da Cunha, tendo como vogais Carlos Pereira e Amélia Trigueiros<sup>15</sup>.

O facto de se encontrarem reunidas essas figuras demonstra a intensa atividade em que se empenhavam em simultâneo, sendo pertinente notar que Angélica Porto integrava a Seção de Moral do CNMP (Conselho

---

<sup>15</sup> Pelo artigo “Contra a prostituição”, editado a 13 de Setembro de 1928, em *O Povo* (ver anexo E), se comprova a actividade constante que a Liga Portuguesa Abolicionista (LPA) foi mantendo.

Nacional das Mulheres Portuguesas) que emite o seguinte parecer, em Abril de 1926:

Reconhecendo que o desafogo económico da mulher é um meio eficaz para coibir o meretrício e que só a integral educação do ser humano conseguirá o desaparecimento desta mácula social e a verdadeira moral nos costumes, manifesta o desejo de contribuir quanto as suas possibilidades o permitir, para tão precioso resultado. (PORTO, 1926, p. 8)

Muito antes a questão do abolicionismo vinha sendo debatida, e publicitada a opinião veiculada pelas ativistas do CNMP. A título de exemplo, referimos textos publicados, desde logo, em 1916, em que uma leitora assina, para o Boletim de Maio do CNMP, um artigo intitulado “A emigração feminina e o tráfico de brancas”; também em anos subsequentes o assunto é trazido à discussão, chegando Maria Clara Correia Alves a assinar “Tráfico de brancas”, em *Alma Feminina*, em 1919.

Ainda assim pretendemos destacar a tomada de posição havida por Adelaide Cabete, no Congresso Internacional Feminista de Roma (1922), em que participou na qualidade de delegada do Governo Português, e de cujo relatório citamos:

3.º Abolição dos regulamentos da prostituição.

Tudo quanto tenho dito se pode fazer entre nós, a legislação vigente é antiquada, está fora da orientação moderna e já não corresponde ao fim a que é destinada, se acaso alguma vez

deu resultados benéficos. As visitas sanitárias de toleradas, que muitos julgam ter uma função defensiva importante, não passam de um criminoso logro. Só as facilidades de tratamento são o único remédio capaz de combater propaganda de tão horrível mal. A obrigatoriedade do tratamento para as prostitutas, no actual régimen de regulamentação, não corresponde ao fim desejado, porque elas resistem a este princípio tirânico de exceção, e só depois de contaminarem vários indivíduos, só depois de espalharem o mal, recolhem á enfermaria onde ficam encarceradas. No régimen facultativo, seriam elas próprias que procuravam os meios de combate contra a doença que as corroía fisicamente, já não encaravam como um castigo o tratamento hospitalar que passa a ser voluntário.

Em Inglaterra, há dezenas de anos, depois de uma vigorosa campanha sustentada por Josefina Butler, que se aboliu a regulamentação da prostituição e as estatísticas sanitárias não acusaram, ainda, este régimen de liberdade como prejudicial á saúde pública.

Grande tem sido a campanha abolicionista em vários países, mas ainda não tomaram resoluções de modo a ingressarem na corrente científica mais moderna.

Em Portugal nada está feito, um ou outro artigo jornalístico e nada mais. (CABETE, 1922)

Atendendo ao que a médica refere como fecho para a sua intervenção que acabámos de transcrever, no sentido de que pouco ou nada fora feito ainda no nosso país, é caso para reforçar lembrando a posição de seu

sobrinho, advogado e coadjutor que, na qualidade de relator ao 1.<sup>º</sup> Congresso Feminista e de Educação, afirma:

Não há formosa sem senão. É o caso da legislação do Governo Provisório da República Portuguesa na parte referente à prostituição. [...]

O legislador, tendo mexido nas disposições regulamentares da prostituição, não teve coragem de lançar um golpe moral contra a vergonha de uma sociedade, deixou ficar o que era humilhante e tornando ainda mais opressivas e mais odiosas as medidas já existentes. (BRAZÃO, 1925, p. 183-184)

Arnaldo Brazão manter-se-á fervoroso apóstolo na causa e, já mais adiante, em Dezembro de 1931, retoma a tese que defendera no 2.<sup>º</sup> Congresso Abolicionista, realizado em Lisboa, em 1929, publicando em *Última Hora* “A maternidade ou o direito de ser mãe”, deixando clara a intenção de exaltar a maternidade livre de preconceitos:

A mulher, mãe, dentro ou fora do casamento, cumpria o mais sagrado dos seus deveres [...].

As ligações ilícitas e a prostituição continuam gangrenando a nossa organização social.

Contra isso se têm erguido as mais autorizadas opiniões, mas o problema sexual continua ainda sem solução.

Não enfileiramos ao lado daqueles que, em frente de uma mãe, não cuidam da sua posição à face da sociedade, mas à face da

Natureza, porque partimos do princípio que ela soube cumprir ou quis cumprir um dever.  
(BRAZÃO, 1931)

A regulamentação da prostituição compreendeu inúmeras movimentações, trazendo à discussão pública variadíssimos argumentos, que seria impossível retratar neste texto; todavia acreditamos ter esboçado, a traços largos, o cenário de fundo em que circunscrevemos a posição de Adelaide Cabete.

Para terminar, gostaríamos de salientar as conclusões que, a propósito da tese “Polícia feminina”, a médica feminista redige:

1.º – As funções da mulher nos serviços policiais são de vigilância e protecção das crianças, jovens e mulheres e de prevenção contra o crime.

2.º – A polícia feminina tem uma acção educativa.

3.º – Para combater a prostituição é urgente remodelar os serviços policiais segundo os princípios abolicionistas e estabelecer secções de agentes femininos. (CABETE, 1926, p. 26)

A série de diálogos publicados na imprensa periódica coeva, debaixo do título “Diálogo entre mãe e filha”, revela a preocupação em tornar acessíveis conhecimentos científicos elementares necessários a uma vasta maioria da população que os desconhecia. Editados em *A Batalha*, periódico de grande circulação por entre os operários e as camadas mais desfavorecidas socialmente, corroboram a intencionalidade de promover “boas práticas”, em termos não só médico-

sanitários, como de valores humanos. O excerto que a seguir transcrevemos ilustra a sabedoria em termos científicos ligada às então mais recentes correntes da psicologia, behavioristas, que a médica traduz de modo exemplar, com intuito formativo, visando a contribuir para erradicar todas as formas de violência, especialmente as que surgem nas mais pequenas idades:

Vou contar-te um caso que prova bem o que acima digo: Uns sábios fizeram a seguinte experiência: isolaram uma criança numa casa de campo só com uma mulher maneta, isto é, sem mãos, e uma cabrinha para a alimentar; junto desta casa isolaram outra criança, alimentando-se da mesma maneira, mas a mulher que a tratava tinha mãos. Ao fim de 15 meses trouxeram as crianças para o convívio das outras; fizeram-nas zangar até chorar e fingiram que lhes batiam: e sabes o que notaram? Aquela que só tinha vivido com a maneta zangou-se e chorou mas não fazia o gesto de bater, porque nunca o tinha visto pela razão de a mulherzinha com quem tinha convivido nunca lho fez por não ter mãos, ao passo que a outra logo que a fizeram zangar defendia-se, querendo bater levantando as suas mãozinhas. Já vês por isto, que a maior parte dos gestos grosseiros e agressivos os assimilamos por os vermos fazer e não porque sejam inatos.

P. – Então é por isso que a mamã não gosta que eu finja que bata no bebé?

R. – É. Pois eu desejo que tu diante do nosso bebé só tenhas maneiras delicadas e gestos que indiquem bondade, tanto mais que dizes que queres ser uma senhora professora. (CABETE, 1924b, p. 6)

Volvidos tantos anos, muitos dos sulcos traçados pela médica feminista e higienista Adelaide Cabete ainda não se transformaram em percursos reais nos caminhos da igualdade, nem em Portugal, nem no mundo, como à luz dos Direitos Humanos desejaríamos tivessem sido entretanto conseguidos, a bem de toda a humanidade. A educação, pedra de toque para a transformação exigida, merece todo o empenho que mulheres como Cabete lhe souberam dedicar. Lembrá-la é, pois, um grato prazer e, simultaneamente, um dever de cidadania que desejamos cumprir, exibindo o modo harmonioso como estabeleceu pontes entre as diferentes áreas do saber, aliando, da teoria à prática, os universos da ciência médica, da análise social e da intervenção como educadora que elegeu ser<sup>16</sup>.

### Referências:

ANDRADE, V. *Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista*. Lisboa, 1926, p. 22-23.

BRAY, M. A força na propaganda feminista. *O Rebate*, 15 fev. 1928, p. 1.

BRAZÃO, A. *1.º Congresso Feminista e de Educação: Relatório*, 1925.

---

<sup>16</sup> Texto publicado em *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 53, p. 113-132, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. A maternidade ou o direito de ser mãe. *Última Hora*, dez. 1931.

CABETE, A. A luta anti-alcoólica: reformas sociais – O que há a fazer em Portugal – A propaganda na escola. *A Batalha*, 12 maio 1924<sup>a</sup>, p. 6.

\_\_\_\_\_. Às mães portuguesas. *A Província de Angola*, 23 dez. 1933a.

\_\_\_\_\_. Congresso Internacional Feminista de Roma: Relatório da delegada do Governo Português Dr.<sup>a</sup> Adelaide Cabete. *Alma Feminina*, 1922, p. 33-41.

\_\_\_\_\_. Diálogo entre mãe e filha: as touradas. *A Batalha*, 20 out. 1924b, p. 6.

\_\_\_\_\_. Educação infantil: contra a educação da criança no culto da violência. *A Província de Angola*, 21 mar. 1933b, p. 2.

\_\_\_\_\_. *República Social*, 13 out. 1928.

\_\_\_\_\_. *Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista*. Lisboa, 1926, p. 26.

COVA, A. Mulheres e Associativismo em França, Itália e Portugal (1888- 1939). In: VILLAVERDE, M. et al. (Ed.). *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 583-602.

*Diário de Notícias*, Lisboa, 1 set. 1889.

GALHETO, A. *O génio da raça*. São Paulo: Tip. Paulista, 1924.

LIMA, A. Adelaide Cabete. In: *Encyclopédia Pedagógica Progredior*. Porto: Livraria Escolar Progredior, [s.d.]. p. 564-565.

LOUSADA, I. *Perfil de uma pioneira: Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Fonte da Palavra, 2011.

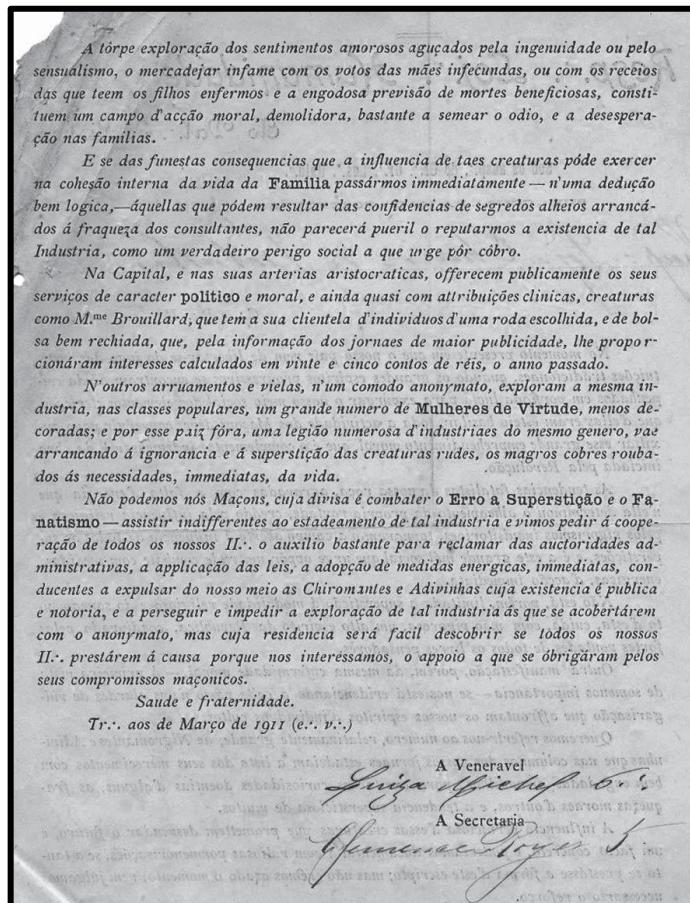
O'NEILL, M. Ao Dr. Arnaldo Brazão: Denodado Campeão do Abolicionismo. *Alma Feminina*, jan./fev. 1928, p. 1.

PORTO, A. *Teses abolicionistas enviadas pelo CNMP ao 1.º Congresso Nacional Abolicionista*. Lisboa, 1926, p. 8.

QUARESMA, V. *O Século*, 12 maio 1910.

## ANEXO A

Documento datilografado em folha de papel timbrado “Resp. Loj. Humanidade”, no qual Adelaide Cabete, “Venerável”, se dirige à “Resp. Loj. Obreiros do Trabalho”, assinando Luiza Michel [sic]. Traduz-se num verdadeiro retrato sociológico e feminista, em Março de 1911.



## ANEXO B

O documento é um excerto de uma pauta existente nos livros de Termos do Liceu Central que Adelaide Cabete frequentou e onde concluiu o Curso dos Liceus em 1894, hoje designado Passos Manuel, embora na altura em que Adolfo Lima a ele se refere fosse Liceu do Intendente.

Liceu do Intendente	Names	Page
1	Abel Augusto Rosa	Fl 4
2	Adélia Bernardino de Oliveira Pinto Góis da Silva	170
3	" Doutº Graça	Fl 173
	" da Silva Passos	173
4	Augusto Garcia Ramalho	Fl 4
5	Adelaide da Silva Damas Graça e Valente	Fl 171
6	Adolfo Bernardino Fernandes da Silva	172
	" Bernadina de Lima et aliam	1894

ESCRITOS DE MULHERES E SOBRE MULHERES: ENSAIOS NO ÂMBITO GAÚCHO E LUSO-BRASILEIRO

Número individual	Termos de abertura e encerramento de matrícula	Médias e números nos anos	Observações	1889 = 1890.7 - 8.8.8 - 1891 - 1892 - 1893 - 1894 - 1895 - 1896 - 1897	
13	abertura de <u>José Damas Magno e Cabette</u> natural de <u>Florianópolis</u> , residente em <u>Florianópolis</u> , São Paulo, 22 anos de idade, filho de <u>Sebastião José Braga</u> residente em <u>Florianópolis</u> ; no dia vinte e oito de setembro de mil oitocentos cinqüenta e nove, matriculou-se, como <u>aluna</u> nas disciplinas: <u>Português, Língua e História, alemão, alemão</u> <u>alemão</u>	<u>Português - 98.2</u> <u>História - 98.2</u> <u>Língua - 98.2</u> <u>Alemão - 98.2</u>			
	Pago a propina de <u>1890</u> à matrícula, <u>Adelaride de Jesus Damas Magno e Cabette</u> o secretário, <u>J. G. L.</u>				
	E no dia <u>28</u> de <u>setembro</u> de <u>1890</u> encerrou a matrícula em:	Nas aulas (nos quinquais): <u>Português - 98.2</u> <u>História - 98.2</u> <u>Língua - 98.2</u>	Teve as seguintes faltas:		
	Pago a propina de <u>1891</u> à matrícula, <u>Adelaride de Jesus Damas Magno e Cabette</u> o secretário, <u>J. G. L.</u>				

## ANEXO C

Documento datado de Agosto de 1897, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, relativo à cadeira de 2.º ano, em que ingressara em 1896. Adelaide Cabete defende a tese *A Protecção às mulheres grávidas pobres como meio de promover o desenvolvimento físico de novas gerações*, concluindo assim, em 26 de Julho de 1900, o curso pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa com a classificação de 14 valores.

Adelaide de Jesus Damas Braga e Cabete  
alumna da Escola Médica ter-  
ão feito exame de Botânica, 1<sup>ga</sup>  
cadeira e desejando que isto lhe  
seja atestado, com muito respei-  
to sonante.

## ANEXO D

Uma aula prática em que lecionava Adelaide Cabete, à época no então designado Instituto Feminino de Educação e Trabalho, em Odivelas. “A professora médica, ensinando as alunas a tratar das criancinhas”.



## ANEXO E

Contra a prostituição, *O Povo*, 13 set. 1928, p. 4.

### A Liga Abolicionista entregou ao comandante da polícia uma mensagem pedindo o encerramento das casas de meretrizes

Uma comissão delegada da Liga Abolicionista, composta pelas sras. D. Angélica Porto, D. Beatriz Magalhães, D. Maria da Conceição Lopes e D. Fábia Ochoa, procurou ontem o comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, quem depois de apresentar os seus cumprimentos pelas medidas de saneamento moral ultimamente postas em execução pela polícia, fez entrega da seguinte mensagem:

«Desde 17 de Julho do corrente ano que, por ordem de v. ex.<sup>a</sup>, desapareceram as características exteriores das casas de tolerância, tabuletas essas de um vil comércio que nos envilecia perante o mundo civilizado. Esta resolução, que há muito deveria ser tomada, não podia passar despercebida à Liga Portuguesa Abolicionista (contra a prostituição regulamentada) que vem; entre nós, desde 1926, fazendo pela imprensa uma intensa propaganda contra o vício meretricial e que no seu activo conta já a realização dum congresso nacional, contra a prostituição, dum grande brilhantismo e um inquérito sobre a prostituição nas principais cidades e vilas do país.

A proibição dos caracteres exteriores dos lupanares é, afinal, uma parcela mínima das nossas aspirações.

Aproveitando a oportunidade de manifestar a V. Ex.<sup>a</sup> a nossa anuêncià à resolução de 17 de Julho último, vimos também pedir que faça mais alguma coisa. O

encerramento imediato, puro e simples das casas de tolerância urge. É mesmo um complemento da medida tomada por v. ex.<sup>a</sup>. E se assim não for continuarão a ser livre o lucrativo negócio da carne humana, a escravatura das mulheres intensificar-se-á, e os focos de doenças e desmoralização continuarão a sifilar a mocidade e a abastardar um povo.

A revista sanitária quer nos dispensários, quer em casa das toleradas, por estar demonstrada a sua ineficácia e constituir um perigo para a saúde pública, deve ser abolida.

Deve também proibir-se a inscrição de menores no registo de meretrizes que é medida de humanidade, que se impõe. Nada há que recear. O espírito público está preparado para receber estas medidas.

Lisboa tem de acompanhar as outras cidades europeias, limpando o que é sujo e saneando o que é infecção.

A Liga Portuguesa Abolicionista, cumprimentando v. ex.<sup>a</sup> pela sua obra de moralização de costumes já encetada, espera dever a continuação de outras medidas que satisfaçam as nossas aspirações abolicionistas.»

O sr. Coronel Ferreira do Amaral, que recebeu amavelmente as ilustres senhoras, manifestou a sua satisfação, pelo interesse que a Liga Abolicionista dedica ao momentoso problema e disse que estando no seu espírito a pretensão deste organismo, não teria dúvidas em atendê-la na medida do possível.

Declarou, ainda que a partir do dia 1 de Dezembro do corrente ano, seriam encerradas as casas de meretrizes existentes em todos os rés de chão e lojas, abolindo assim totalmente os caracteres exteriores dos lupanares.

Reuniu-se esta tarde a Liga Abolicionista Portuguesa para tratar de diversos assuntos, especialmente da realização do 2.<sup>º</sup> Congresso Abolicionista.

A comissão de senhoras que fez entrega da mensagem ao comandante da polícia sobre o encerramento de casas de tolerância deu contas dos seus trabalhos, ficando a Liga muito bem impressionada, não só pela maneira atenciosa como o coronel Ferreira do Amaral atendeu as suas representantes, como pelas medidas que vão ser tomadas contra a prostituição.

Depois trocaram-se explicações sobre a acção a desenvolver pela delegada que a Liga Abolicionista tem junto da Sociedade das Nações, resolvendo-se oficiar-lhe transmitindo as reclamações das abolicionistas portuguesas a fim de serem tratadas naquele organismo internacional.

Por último foi discutida a realização do 2.<sup>º</sup> Congresso Abolicionista ficando em princípio assente que essa magna assembleia se efectue em Lisboa, na primavera do ano de 1929.

Sabemos que nesse congresso tomarão parte grande número de delegados nacionais e estrangeiros.

# **Entre a reificação da mulher e a emancipação feminina: algumas contradições de um cronista de viagens brasileiro-lusitano (Oscar Leal, 1886-1895)**

Francisco das Neves Alves  
Isabel Lousada

Ao longo do século XIX, houve um intenso intercâmbio cultural entre a intelectualidade portuguesa e a brasileira. Nesse contexto esteve Oscar Leal (1862-1910), que nasceu no Rio de Janeiro, mas, de família portuguesa, e que em seguida deslocou-se para terras lusas, onde realizou seus estudos na cidade de Funchal. Sua formação educacional e acadêmica foi empreendida no eixo Brasil – Portugal, vindo a formar-se em cirurgia craniana e dentária (BLAKE, 1900, v. 6, p. 339; e SILVA, 1894, p. 131). Apresentava-se como especialista em doenças da boca, dentes e correções das deformidades nasais e como diplomado na América e Escola Médica de Lisboa (LEAL, 1904, p. 1). Empreendeu inúmeras viagens, notadamente pelos sertões brasileiros, percorrendo o país entre as décadas de 1880 e 1890, em permanências entremeadas por retornos a Portugal. A partir de 1894, fixou-se definitivamente em Lisboa, estabelecendo residência e “gozando os melhores

créditos como clínico, notabilizando-se nas especialidades a que se dedicou” vinculadas a “doenças de boca, dentes e correção das fossas nasais” (PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98), montando escritório na capital portuguesa, onde permaneceu até o seu falecimento.

Ao lado de suas práticas profissionais, desenvolvidas muitas vezes de maneira itinerante, à medida que empreendia viagens por várias partes do mundo, Oscar Leal promoveu uma significativa produção intelectual. Sua obra inclui variados títulos, dentre os quais podem ser destacados: os versos *Flores de abril* e *Flores de maio*; os romances *Uma mulher galante* e *Zelia: amores de uma brasileira*; o esboço biográfico *Brasileiros ilustres (perfis contemporâneos)*; a história ligeira *O Manoel de Soiza*; a novela *A filha do miserável*; a opereta *Palomita*; os discursos *A questão do abade*; a conferência *As regiões de terra e água*; os apontamentos gramaticais *A linguagem dos Cocamas*; a novela naturalista *O parteiro*; a crítica *Dentistas e “dentistas”*; e o romance histórico *Um marinheiro do século XV* (BLAKE, 1900, v. 6, p. 339-340; e SILVA, 1894, p. 131). Ainda aparecem como de sua autoria *Um conto do sertão*; *Excursões*; e *Clínica odontológica*.

Especificamente no que tange à literatura de viagem, o autor publicou as impressões de seu itinerário na Europa no livro *Do Tejo à Paris*, de 1894 e o relato *Através da Europa e da África (viagens)*, de 1901. Já no que tange a suas permanências e deslocamentos no Brasil, escreveu os livros *Viagem ao centro do Brasil (impressões)*, editado em Lisboa, no ano de 1886; *Viagem às terras goianas (Brasil central)*, publicado igualmente em Lisboa, em 1892; *Contos do meu tempo*, levado à publicidade em

Recife, no ano de 1893, trazendo textos em prosa e verso, além de um segmento voltado às excursões; e *Viagem a um país de selvagens*, publicado em prelos lisbonenses, em 1895. Além disso, publicou *O Amazonas*, conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em novembro de 1894 e editada no mesmo ano.

Ao longo de seus itinerários e permanências, estabeleceu contato com vários representantes do mundo intelectual, mormente no contexto luso-brasileiro. A partir de sua obra e reconhecimento, militou junto a várias instituições acadêmico-culturais. Nessa linha, foi membro da Sociedade de História Natural de Madri; das Sociedades de Geografia de Madri, Nova York, Rio de Janeiro e Lisboa; da Sociedade Espanhola de História Natural; dos Institutos Históricos de São Paulo e Bahia; da Arcádia Americana do Pará; do Grêmio Literário da Bahia; da Academia Literária do Real Instituto de Lisboa; da Sociedade dos Homens de Letras do Porto. Além dos livros, também teve destacado papel como editor e colaborador junto à imprensa periódica, meio pelo qual também divulgou suas impressões de viagem. Foi diretor dos jornais *Antessala*, *O Correio dos Clubes*, *Dentários*, *O Viajante* e *O Tributo às Letras*. Também esteve à frente da revista ilustrada noticiosa, crítica, literária, biográfica e bibliográfica *A Madrugada*, editada em Lisboa, entre 1894 e 1896 e da *Revista de Lisboa*, publicada entre 1901 e 1908 (LEAL, 1904, p. 1 e 66; PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98 e BLAKE, 1900, v. 6, p. 239).

A realização de viagens foi uma prática constante na existência de Oscar Leal, tendo percorrido várias regiões portuguesas, brasileiras e africanas, e visitado Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, França, Espanha,

Itália, Suíça e Inglaterra. Nesse sentido, além dos deslocamentos entre Portugal e Brasil à época de sua formação acadêmica e na prática de sua profissão, viajou “muito, não só pelo prazer de visitar os países estrangeiros, mas com o propósito de estudar o que de mais notável” poderia encontrar “no tratamento das doenças” que constituíam “a sua especialidade”. Por meio de tais viagens, “adquiriu magníficas coleções e reuniu muitas curiosidades dignas de menção” (PEREIRA & RODRIGUES, 1909, p. 98). De suas tantas excursões por diferentes continentes resultaram vários relatos que estiveram a contento com a prática de uma literatura de viagem.

Em seus relatos de viagem sobre o Brasil, Oscar Leal manteve em sua escritura vários elementos que vinham sendo reproduzidos na literatura de viagem ao longo dos séculos anteriores, desde as primeiras incursões às terras brasileiras. Por literatura de viagem pode-se entender um “subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de caráter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia”, vindo buscar na “viagem real ou imaginária temas, motivos e formas”. Nesse quadro a viagem aparece como a descrição do deslocamento e os destaques daquilo que “pareceu digno de registro: a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes”, assim “como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais” (CRISTÓVÃO, 2002, p. 35).

Por mais que tivesse nascido no Brasil e insistisse em se dizer brasileiro, Oscar Leal se comportava como um cidadão europeu, mormente ao lançar suas visões

sobre o Brasil, afinal, Portugal era a “pátria do seu espírito” (TORRESÃO, 1898, p. 1). Tal perspectiva ia além da nacionalidade, uma vez que perpassava pela óptica que o escritor lançava sobre o Brasil, vindo a estabelecer uma criação em que lançava um olhar sobre o “outro”, ou seja, considerava-se como o “civilizado” que observava aquele que apontava como “atrasado”, ou até mesmo “selvagem”. Nessa linha, Leal, como viageiro e escritor conferiu a si mesmo uma missão civilizatória, promovendo estudos que poderiam ter serventia no caminho do progresso para o país tropical, aproximando-o da “civilização” europeia, tanto que considerava que tal atuação constituiria um verdadeiro “serviço prestado” ao Brasil. Tal olhar era também influenciado por alguns pressupostos que adotava como padrões para suas vivências, notadamente o cientificismo, o republicanismo, o abolicionismo e o anticlericalismo, estes três últimos traziam um manifesto desacordo para com o Brasil que visitou durante a maior parte de suas viagens, monárquico, escravista e mantenedor de uma religião oficial.

Tais marcas do pensamento de Oscar Leal tiveram uma indelével influência nos escritos que estabeleceu a respeito do Brasil, onde via enormes potencialidades econômicas, mas também localizava em alguns dos hábitos e costumes dos brasileiros as razões que atravancavam os rumos em direção à elevação do país à categoria dos ditos civilizados. A partir dos “relatos de viagem” torna-se possível “a experiência do estranho, do outro”, trazendo também consigo “a formação de novos horizontes de pensamento e imaginação” (AUGUSTIN, 2009, p. 20-21). Dessa maneira, “a literatura de viagem estimulou o fascínio

pelo outro”, em um quadro pelo qual “viajar era um ato paciente de observação, de obter informações e aprender” (ASSUNÇÃO, 2016, p. 162). Buscava-se então, “a especificidade das diferenças, ou, pelo menos, para refletir sobre elas e manifestar a complexidade de reações que essa dualidade de éticas e mesmo de estéticas implica” (SEIXO, 1996, p. 123).

Nem sempre o viajante “quer conhecer, e sim comprovar”, como no caso de “verificar se os códigos de conduta” dos nativos “se ajustam ao modelo exemplar do estrangeiro”. Assim, “da inofensiva viagem da curiosidade” rumava-se “para um encontro entre duas culturas que progressivamente adquire as características de um conflito” travado entre a civilização e a selvageria. Esse último estágio era associado a “uma ideia central” de “ociosidade anárquica”, uma vez que, dentre seus integrantes emergiria “o esboço do ser humano incompleto”, ou seja, aquele que deixava de estabelecer “contatos sociais”, não possuindo leis ou deliberando em praça pública, além de não semear os campos ou morar em cidades. Nesse sentido, eles passavam “automaticamente a carecer dos atributos que tipificam o civilizado”, sendo observados como “indolentes”, já que só aproveitavam-se dos “dons da natureza para saciar suas necessidades diárias” (GIUCCI, 1992, p. 26-27).

Surgia assim “um Brasil pensado por outros”, pois “as obras configuradas pelos viajantes engendram uma história de pontos de vista, de distâncias entre modos de observação, de triangulações do olhar”. Nesse quadro, “a vida e a paisagem” são observadas a partir da “espessa camada da representação”, pela qual se “evidenciam versões mais do que fatos”. Em “sua

origem, as imagens elaboradas pelos viajantes participam da construção da identidade europeia”, apontando os “modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro” (BELLUZZO, 1996, p. 10). Assim, “os depoimentos dos viajantes se constituem de representações, reinvenções de realidades, produzidas a partir da visão de um sujeito”. Trazem consigo imagens que se apresentam “em representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios”, as quais “trazem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender o empírico”. Tais “representações expressam o contexto em que se formaram e o imaginário social da sociedade em que seus autores viviam” (REICHEL, 1999, p. 59).

O fator motor da literatura de viagem vincula-se ao fato de que a excursão é “impulsionada pelo desejo de conhecimento e de aventura”, de modo que a escrita dela oriunda “é sempre seletiva”, pois “fala-se do ‘notável’, do ‘memorável’, do ‘pitoresco’, do diferente, do que se destaca pela sua própria natureza, impondo-se ao observador e exigindo ser registrado” (rita, 2007, p. 272). Oscar Leal observou atentamente esses caracteres “pitorescos” do Brasil e dos brasileiros, olhando-os por vezes com certa admiração, mas, muitas vezes, com descrédito, menoscabo e preconceito. Apesar de não ser o foco mais importante de sua obra, esse olhar do autor também se voltou ao feminino. Tal óptica desenvolveu-se em dois sentidos que traziam certas contradições entre si, pois, por um lado, ele fazia descrições sobre as

mulheres calcadas em seus atributos físicos e voltados a uma coisificação para com elas; e de outro, intentava mostrar-se como um ardoroso defensor da emancipação feminina. Essa dubiedade ficava bem expressa em três de seus livros nos quais abordava a sociedade brasileira: *Viagem ao centro do Brasil*, *Viagem às terras goianas* e *Viagem a um país de selvagens*.

O primeiro livro escrito por Leal acerca do Brasil, *Viagem ao centro do Brasil (impressões)*, tratava de uma excursão feita pelos sertões do país tropical entre 1884 e 1885, partindo da capital imperial e passando pelas províncias de São Paulo e Minas Gerais até chegar ao Brasil central, onde mais tempo permaneceu e depois estabeleceu o mesmo trajeto no retorno. Nesse relato, em vários momentos apareceu o olhar calcado na reificação da mulher, no escopo de confirmar a característica de conquistador que por várias vezes atribuía a si mesmo, por meio de textos autobiográficos (LEAL, 1893). Uma das primeiras deu-se na descrição de sua estada na localidade de Franca, em São Paulo, quando colocava o encontro com uma mulher na mesma categoria do divertimento no convívio com um amigo. Nessa linha, dizia que “à noite fui jogar uma partida de bilhar com o Gaspar que depois de me ganhar, apresentou-me a certa deidade do lugar cuja alcunha já havia ouvido repetir mui longe dali” (LEAL, 1886, p. 48).

O fato de julgar as mulheres pela aparência chegou a levar o escritor a quase cometer uma grave afronta, quando, ao sair de Vila de Santa Rita do Paraíso em direção ao Rio Grande, dirigia-se à fazenda do barão da Ponte Alta, na qual iria pedir pousada. Dizendo-se sabedor que o proprietário não se encontrava, narrou que, “depois de bater palmas por duas ou três vezes

apareceu-me uma mulher trajando vestido de chita encardida, os cabelos em desalinho, os pés sem meias, ocultos nas pontas por umas tamancas de sola", com "uma criança nos braços". Diante disso, Leal calculara que se tratava, "sem dúvida", de "uma mucama ou criada da casa", mas se surpreendia por ser a própria baronesa. Para compensar, depois de receber a guarida, comentou que reconheceria "na baronesa um hospitaleiro coração, fugindo sempre quanto pode a quaisquer formalidades luxuosas que lhe não estão a caráter" (LEAL, 1886, p. 60).

Como em vários momentos de suas narrativas, Oscar Leal por vezes mostrava-se cansado nas vivências interioranas e demonstrava saudades da vida boêmia nas grandes cidades. Em um desses casos, ressaltava os convívios que estava perdendo nas noitadas, com diversões que incluíam lugares da moda, bebida e o desfrute de uma "dulcineia". Nesse sentido afirmava que, "se num destes momentos pudesse deixar aquela espelunca e entrar no Stad de Coblenz do Rocio, na Maison Moderne ou no Café Brasil!", vindo a "pregar um pontapé em toda aquela traquitana de viagem e entrar num fáeton mais uma dulcineia e gritar ao cocheiro: Botafogo, e depois ver o champanhe espumar como oelixir da ventura!". (LEAL, 1886, p. 67-68).

O "conquistador" Leal voltava à baila em outra passagem, no Arraial de Dourados, lugar em que foi acometido por terrível coceira advinda do ataque de carrapatos, vindo a recolher-se "a um repartimento, arrancando brutalmente a roupa para fora do corpo" e, para sua surpresa, apareceu "uma raparigona acaboclada" que "veio se oferecer para me catar e de costas viradas dispus-me à operação". Como "a rapariga

era nova e simpática e como nos achávamos a sós, gostei do final da festa". Ainda que não esmiuçasse os temas de alcova, voltou a referir-se à referida moça, ao dizer que, "antes de partirmos a mocetona da véspera veio despedir-se, trazendo-me de presente dois jenipapos", ele queria "retribuir com um beijo, mas o diabo do tio ali se achava na ocasião" (LEAL, 1886, p. 71-72).

A caminho de Paracatu, em Minas Gerais, Leal voltava à descrição de uma figura feminina, demonstrando que a atração por "caboclas" tinha um limite vinculado fortemente à faixa etária. Descrevia assim a chegada de "uma velha cabocla com feições de múmia, o nariz profundamente deprimido na base, os cabelos soltos como se nunca conhecessem um pente", além de estar "completamente nua da cintura para cima, deixando ver uns peitos caídos e mirrados", bem como vestia uma "saia, cuja fazenda impossível era o saber-se a que espécie pertencera, estava em tiras e farrapos, ficando quase à mostra as partes que o pudor e o recato mandam ocultar" (LEAL, 1886, p. 80).

Ao chegar nas localidades, Oscar Leal tinha um hábito de qualificar as representantes do sexo feminino pela aparência física, assim, sobre Paracatu dizia que "o belo sexo é bastante amável mas vi poucas caras sofríveis" (LEAL, 1886, p. 85). Na mesma localidade, o escritor narrava a visita de um indivíduo, a partir da qual se desencadeava uma rocambolesca historieta, na qual estaria a aflorar tudo que poderia se propalar como a astúcia e o charme do conquistador que, após ganhar seu prêmio, escafedia-se rapidamente, em "aventura" digna de registro em seu caderninho:

Uma vez sós, disse-lhe ser todo ouvidos.

Tratava-se nada mais nada menos, de que de um casamento, em que devia ser eu o noivo, e a noiva uma mocetona dos seus trinta janeiros.

Apixonada como se achava e tendo para ela a amizade de irmão, prometera-lhe vir falar-me a respeito. Pelo que se vê este padrinho queria representar para comigo o papel que me cabia, se porventura me sentisse igualmente apaixonado.

*Pro virite parte* respondi-lhe que nessa mesma noite ela teria a resposta.

Parti, pois, um pouco fora da hora convencionada. Encontrei-a em casa, e ao ver-me mostrou-se admirada como se não me esperasse. Espanto nenhum de mim se apoderou.

Macaco velho, e discípulo favorito de Cupido estava costumado a estas cenas.

Puxei de uma cadeira e sentei-me a seu lado com todo o acatamento, parecendo-me perceber nos seus olhos uns vislumbres de satisfação mal demonstrada. O meu sôfrego olhar pairava no acaso e embora mal, julguei que o delírio da paixão havia chegado ao zênite do deslumbramento.

A natureza, porém, fugia de pagar o seu tributo aos gozos do mais adorável de todos os deuses.

A pequena alcova era alumada pela luz de uma vela, que se coava dúbia e tímida, através do fosco de um globo que estava sobre a mesa da sala.

Foi ela quem após alguns momentos de silêncio veio à fala. Os seus braços arquejantes e os olhos irradiando viveza e luz, diziam talvez mais do que todas as palavras de um vocabulário.  
(...)

Passada uma hora sumida em arroubos (...) e num instante em que a admirava nos seus arrebatamentos (...), batem à porta e entra o Sr. L., que não me conseguiu ver. (...)

Uma, duas horas, até que num momento feliz pus-me a panos, salvo como um pero e aspirando mais livre ar.

Foi uma aventura extravagante que entrava sem dúvida para o meu canhenho.  
(LEAL, 1886, p. 86-88)

Em pleno meio rural, a caminho de Formosa, em Goiás, ele encontrou a “mulher do rancheiro, que era uma cabocla rechonchuda” e confundiu-a com um vendedor. Pouco depois, ele afirmava que “estava louco por chegar quanto antes a Formosa, a terra das raparigas bonitas” (LEAL, 1886, p. 94-95). Já nesta localidade, descrevia um hábito estranho entre as jovens locais, afirmando que, “nesta cidade como tive ocasião de conhecer, há raparigas que apenas mocinhas de 12 ou 14 primaveras, abandonam a casa paterna, acompanhando hábeis sedutores, que as largam logo sem pena nem dó no mundo equívoco”. Comentava que esta seria “a maior glória que aspiram, para mais tarde poderem dizer que as suas honras ficaram com fulano ou sicrano, moço rico e de posição, *cometa*, negociante ou inverneiro, dono de tantos lotes de burros ou de tantas cabeças de gado!”. Ainda sobre tais moças, destacava que “detestam o casamento e muitas daquelas que chegam a casar, gaitam os maridos, trocando-os por amantes ou mesmo pela vida alegre”. Finalmente dizia que elas eram “de um gênio terrível, e desgraçado daquele que cai nas unhas” delas; para arrematar com a informação de que “a prostituição manifesta-se de um modo

espantoso” naquele local (LEAL, 1886, p. 102-103). Finalmente, já no retorno da viagem, a caminho de Uberaba, em Minas Gerais, voltava a descrever uma mulher a partir de sua aparência, falando de uma figura feminina que se encontrava “deitada numa rede com as pernas à mostra, sem lhe dar cuidado quem se aproximava”, explicitando que “uns fusos comparados com aquelas pernas pareceriam obesos” (LEAL, 1886, p. 157).

Já o livro *Viagem a um país de selvagens* se referia a outra excursão de Oscar Leal, esta empreendida no ano de 1886, partindo do Pará pela região amazônica, e nela ocorreriam outros comentários a respeito das mulheres sertanejas e índias. Logo no início do deslocamento, ele viajava por rio a caminho da localidade paraense de Cametá e se referia a uma estranha crença entre os locais, mormente as mulheres, que vislumbrava a possibilidade devê-las nuas. Apesar de considerar um grande contrassenso, o escritor não deixava de mostrar suas intenções cúpidas:

De instante a instante, do parapeito de popa eu deitava o binóculo para algumas habitações que orlam com grandes intervalos as margens do rio, onde mulheres, homens e crianças acudiam a ver passar o vapor. Mais de uma vez notei que, ao assestar-lhes o binóculo, as mulheres tão somente corriam a esconder-se, ou caíam por terra, aconchegando-se umas nas outras. Intrigado com isto, procurei saber o motivo, e foi com pasmo que ouvi um passageiro afirmar ser crença entre essa gente que o binóculo nos fazvê-las de pernas para o ar, descobrindo à vista todas as partes do corpo!

O riso que tal explicação me causou fez-me de novo entregar ao curioso passatempo, e, por causa da teima, vi-me dentro em pouco coberto de invectivas e insultos com que as mulheres de terra me mimoseavam, furiosas todas contra mim e, sobretudo, contra o uso de tal objeto, que, infelizmente, não possuía as famosas virtudes que lhe atribuíam. (LEAL, 1895, p. 21-22).

Já em Cametá, abordando “usos e considerações” sobre o local, destacava que a localidade era “a terra das procissões”, tanto que no primeiro mês que ali estivera observou pelo menos quatro. Mesmo diante da solenidade religiosa, o autor não deixava de tecer comentários sobre o feminino, dizendo que em tais “ocasiões tudo que é mulher e devota de mediana estirpe sai à rua e no acompanhamento notam-se algumas trajando vestidos de gosto legendário e carregando sobre o peito e nos cabelos grossos cordões e ornatos de outro maciço”. Na mesma localidade, Leal descreveu as “reuniões dançantes” das quais participou, momento em que teve “ensejo de conhecer mais a fundo a sociedade cametaense”, explicando que “as moças da cidade trajam regularmente com gosto fácil, sem rigor, têm mesmo alguma desenvoltura” (LEAL, 1895, p. 36 e 38).

Ainda acerca das jovens cametaenses comentava que “quanto mais pobres, tanto mais pretenciosas, preferindo sempre cavalheiros que as lisonjeiem”, uma vez que “a primeira vez que se lhes tece um elogio qualquer quanto à formosura, respondem estudadamente com alguma rigidez, fingindo-se

ofendidas, mas deixando as mais das vezes perceber o prazer que sentem pela amabilidade” manifestando-se “alegres desde que se lhes garanta sinceridade no louvor”. A análise do feminino permanecia, com a constatação de que lhe fora dito “que em outros tempos Cametá era fértil em jovens belas e formosas” e, diante disso, dizia que percorreria o município, tendo “ensejo de notar a fundo tudo quanto possa interessar a tal respeito”. Também relatava que fora da cidade vira “Mayayas belas e formosas, morenas de formas deslumbrantes e cujo acanhamento e modéstia lhes dá, a meus olhos, maior realce, tornando-as encantadoras”, demarcando ainda que, “durante as festas em Cametá, elas são a alma da alegria que muitas vezes se prolonga durante dias e noites seguidas” (LEAL, 1895, p. 38-39). O encantamento do escritor foi tão significativo que ele deu o nome de Mayaya a uma personagem de um dos textos de seu livro *Contos do meu tempo*. O termo maiaia se refere a um substantivo feminino que designa moça indígena das margens do Rio Tocantins.

Leal também fazia referência a festividades realizadas na Vila de Mocajuba, no Pará, demarcando que entre os tantos atrativos, estavam as mulheres ao citar que lá havia “música, danças, foguetes e, sobretudo, muita alegria e muita moça bonita” (LEAL, 1895, p. 62). Já em outra localidade paraense, na Vila do Baião, descrevia as comemorações natalinas, referindo-se ao amplo movimento das pessoas que para ali acorriam, como o recebimento de grande número de romeiros. Em meio às festividades, descrevia uma moça local, em tom que era um misto de cobiça e jocosidade:

De súbito, uma cabocla moça e bela, carregada de fitas e adornos esquisitos, conquistando de um salto o centro do local em que tinha lugar o batuque, formava o solo, sendo o final da cantiga repetido como estribilho por dezenas de vozes acompanhadas de esgares e requebros, quedas e umbigadas, provocadas pelo entusiasmo e animação. Pouco a pouco me convenci estar, não na presença de uma estrela coreográfica, mas sim, diante de uma neurótica.

Era, na verdade, um tipo imponente, de cabelos cor de ônix, tez bronzeada, corpo esbelto, cheio de graça e de agilidade.

No dançar, tinha ondulações de jibóia, movimentos provocantes, requebros de estontear o homem mais sério e sisudo, que ali se achasse.

Vergando-se às vezes, de cabeça pendida, o olhar enlanguescido, os cabelos a adejarem-lhe em volta do rosto, onde pairava um sorriso voluptuoso, lascivo, debochado, dir-se-ia que tinha diante de mim um gênio epiléptico, uma Vênus histérica. (LEAL, 1895, p. 85-86)

Na mesma circunstância, o olhar avaliativo do escritor não poupou nem mesmo uma vendedora, destacando que “à ilharga do sítio, onde se realizava este clamoroso batuque, uma gorda mulherona, em estreito repartimento coberto por um teto de palhas, assentada junto de um braseiro, assava no espeto postas de pirarucu, que eram logo vendidas aos foliões”. Mais tarde em uma reunião dançante, no mesmo local, tecia um comentário mais abrangente quanto à aparência do conjunto das mulheres da Vila: “então me foi dado ver que o belo sexo do Baião e suas imediações é bastante amável e sedutor, havendo alguns exemplares de

sofrível beleza, e jovens de encantadores semblantes, em que a cor morena se ostentava em maioria" (LEAL, 1895, p. 86 e 88).

Em *Viagem a um país de selvagens*, o fulcro do livro era exatamente a experiência do autor entre os "selvagens" propriamente ditos, ou seja, os indígenas. Suas impressões deram-se em relação a uma tribo de apinajés, só que, ao invés do tradicional trabalho do naturalista, tecendo considerações de ordem etnológica e antropológica, Oscar Leal optou por uma abordagem romanesca e folhetinesca, na qual ficava evidente sua cobiça para com as indígenas. Desde o primeiro momento ele se mostrou profundamente interessado pela filha do cacique, Aygara, demonstrando-se surpreso quando este colocou as mulheres da tribo à sua disposição. Não se mostrando de todo contrariado, o escritor relatava a realização de um verdadeiro concurso de beleza entre as índias, para escolher a sua preferida:

Ia-me, pois, despedir quando vi aproximar-se de nós uma jovem índia muito clara cuja presença me deixou assombrado. Era na verdade uma rapariga selvagem como as outras que ali se achavam, mas eu nunca pudera antever como em uma mulher desta classe pudesssem existir tantos atrativos e tantas graças, pelo que desde logo me foi dado conhecer. (...)

Aygara, tal era o seu nome, representava contar as suas quinze primaveras se bem que o seu físico tivesse chegado a elevado grau de desenvolvimento.

Aygara, aproximando-se mais, estendeu-me as mãos sorrindo-se como se uma satisfação enorme a abalasse profundamente.

Eu sentia então um desejo imenso de poder compreendê-la, de conhecer a sua língua, para ouvir a sua história que na realidade devia ser interessante se é que mal entendia o português. (...)

- Pois bem, grande cacique, disse afinal, manda vir à minha presença todas as donzelas da tua tribo. Quero escolher a que mais me agrade.

Quando havia de julgar que aos vinte e cinco anos de idade, na flor da vida, cheio de esperanças, em plena mocidade, teria de escolher noiva entre os selvagens.

Eu casar-me! (...)

Dentro em poucos momentos à frente do meu quiosque, como desde logo denominei a minha habitação, era invadida por um grupo de trinta índias novas e algumas belas, todas de cor bronzeada, destacando-se o vulto airoso e simpático da filha do cacique.

Que situação!

Isto me estava custando, mas afinal, decidi-me a passar no grupo uma minuciosa revista tomando a coisa por mero passatempo, porém, ao acercar-me delas, agradando-lhes com uma mimica especial, fui surpreendido com o barulho que fizeram em volta de mim, buscando todas quererem examinar o meu pince-nez e uma por uma não descansava enquanto o não sentava cada uma no seu nariz sem poder perceber qual o proveito a tirar do seu uso.

Aygara estava de todas a mais inquieta e não cessava de me fustigar para preferi-la.

Decididamente acabei por gostar da brincadeira e julgava tratar de um torneio de beleza, diante daquelas formas plásticas expostas

a meus olhos e livres das bárbaras confecções das mais afamadas modistas do mundo.

Finalmente, para terminar com a exposição, pedi que se retirassem, que depois eu me entenderia com o cacique sobre a eleita do meu coração.

- Ora esta, disse a sós comigo. Querem que escolha companheira, que me case. Pois casome. É um fato muito natural.

E como ia achando até certa graça em tudo isto disse ainda:

- Caso-me até com dez mulheres se quiserem. Tenho coração para muito mais. (LEAL, 18895, p. 112 e 118-120)

Inevitavelmente a vencedora foi Aygara, vindo a ocorrer uma espécie de “cerimônia de casamento”, segundo os costumes indígenas, terminada a qual, “as outras índias conduziram Aygara para a esteira estendida debaixo da minha maca, onde já me achava em atitude de descanso, retirando-se todas em seguida e deixando-nos em paz”. Em conclusão, afirmava: “estávamos casados, segundo o uso índio bem entendido”. Na narrativa não havia nenhum comentário sobre o ocorrido à noite, mas a partir daí o autor viria a descrever os mistérios que cercavam Aygara, descobrindo que sua mãe era branca e fora raptada pelos índios quando estava grávida de um homem pertencente à família poderosa de Goiás. Com isso, só aumentava o viés romanceado da historieta e demonstrava que, afinal, o civilizado Oscar não tinha se “casado” com uma selvagem, ao menos do ponto de vista étnico. Aos poucos, Leal passava a se desinteressar pela índia que aprendera a expressão “Meu amor” e não parava de

repeti-la em todas as situações, além disso, ele descobriria que ela tinha uma predileção por comer gafanhotos, o que azedaria de vez o “casório” (LEAL, 1895, p. 125).

Na continuidade, Oscar Leal viria a conhecer uma outra índia que, mais uma vez deixara-lhe dominado pelo desejo. Ainda que dissesse que suas intenções eram meramente platônicas, ficava uma outra impressão no ar, tanto que o autor usaria a expressão que bebera água da fonte até se fartar, ficando em suspenso a perspectiva se tal ato ocorreria no campo literal ou figurado. A formação do triângulo amoroso acabaria por desmanchar-se diante da reação de uma enciumada Aygara:

Como era um pouco tarde, partimos dali em direção à aldeia, quando nas suas proximidades vi assentada à oriental, junto à nascente dos Buritis, uma índia bastante nova, cujas formas divinais me chamaram a atenção.

Movido pela curiosidade, (...) soube que se chamava a formosa mulher – Cararay.

Esta palavra significava astúcia, segundo me explicou logo Aygara, prevenindo-me de que Cararay era pouco estimada das suas companheiras por ser mais esperta do que elas.

Mostrei desejos de ir até o sítio onde se achava e para isso fui tomando a devida direção, mas Aygara não me permitiu de forma alguma.

Sucedeu que, na manhã seguinte, ao dar o meu passeio matutino, aproximei-me da nascente e lá novamente a fui encontrar, como se tal encontro fosse de antemão combinado.

Cararay soçobrava um púcaro de argila que ia encher.

Era na verdade um esplêndido tipo de mulher e eu não pude resistir ao desejo de ajudá-la a encher o cántaro com as cristalinas águas daquela poética e silenciosa fonte, rodeada de pequenas e copadas palmeiras, cujas copas ainda se apresentavam cobertas de reluzentes gotas de orvalho.

Como estávamos sós, tive de recorrer à mímica para que me compreendesse.

As minhas intenções diante daquele corpo esbelto e selvático eram todas puramente de admiração platônica.

Admirador em extremo das belezas indígenas, julgava-me fascinado por uns olhos como os de Cararay, sombreados de espessas pestanas negras a reluzirem num fundo bronzeado.

Encontrava nesta ocasião mais grandiosidade nas cenas dos bosques entre o pipitar das aves e os encantos desta vegetação tropical, do que se me achasse nos grandes salões, onde quase tudo sempre reluz o que é falso e mentiroso, fruto das sociedades corrompidas.

Cararay ria-se expressivamente ao contemplá-la e passava sobre as minhas as suas mãos bronzeadas com uma meiguice puramente selvagem, mas entercedora.

Não querendo mais demorar-me ali, levei à boca um cabaço cheio de água fresca da fonte e bebi, bebi até fartar...

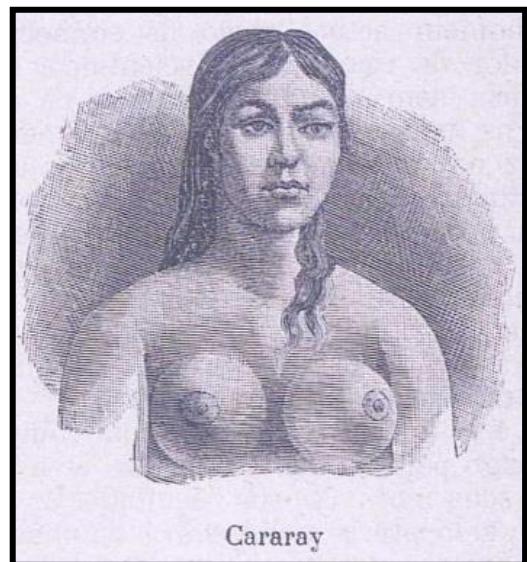
Ao erguer-me avistei Aygara, que corria em minha procura e que furiosa se mostrou por ver-me a sós com Cararay, a quem lançou uns

olhares de ódio e de despeito. (LEAL, 1895, p. 140-141).

A “esposa” passou a mostrar-se plenamente vigilante, buscando manter a rival fora do alcance do “marido”. Mais tarde, ela viria a queixar-se quanto à concorrente, ao que Oscar, como bom embromador, garantia-lhe que ele era “a preferida” e continuaria amando-a, pois ela seria “a mais formosa de todas as mulheres desta tribo, de todas a mais sedutora”. Além disso, fazia uma promessa que bem sabia que não iria cumprir, dizendo que iria “voltar pelo grande rio para novamente te ver e amar” (LEAL, 1895, p. 144-146). Nem ao imaginar uma versão romanceada, o autor abandonava a velhacaria, fazendo elogios desmesurados e um juramento que iria deixar de lado, tanto que, em seguida, abandonou a tribo deixando para trás sua chorosa “esposa”. Fosse por um gosto particular, ou ainda para atrair um público leitor masculino, Leal chegou a estampar a imagem das duas índias com quem teria acontecido o triângulo amoroso. Era a plena coisificação do feminino.



Ayvara



Cararay

Este constante reificar do feminino presente na obra de Oscar Leal se contrapunha frontalmente a um elemento constitutivo bastante recorrente ao seu discurso voltado à intransigente defesa da emancipação das mulheres. Seu pensamento progressista, científico e libertário se coadunava com essa perspectiva de pensar em um novo papel social para a mulher. Tal perspectiva ficou bem evidenciada em dois de seus livros. Um deles intitulava-se *Viagem às terras goianas (Brasil central)*, o qual se referia a uma longa viagem realizada entre 1889 e 1892, na qual ele atravessou o interior do Brasil, visitando-o até o sul, embora a narrativa se concentrasse nas regiões de Goiás e Mato Grosso. Em tal volume a questão do feminismo já ficava demarcada desde a abertura, em trecho que descrevia a partida de São Paulo por via férrea, momento em que Leal encontrava uma jovem no trem, travando com ela um diálogo, até descobrirem ter algo em comum, ou seja, ambos eram republicanos e feministas (LEAL, 1892, p. 3).

No mesmo livro, mas descrevendo um outro trajeto da viagem, ao sair da capital goiana, Oscar Leal fazia séria censura à forma pela qual eram criadas as moças, dizendo que “as jovens raramente aparecem e vivem ocultas em seus penates”. Segundo o autor, era “necessário que a crítica vá desfazendo certos preconceitos para que a mulher deixe de vez esse mutismo que a cerca e se torne apta para todos os arrojos que a natureza a criou”. Considerava também que “uma rapariga que é educada de portas a dentro, como freira, que deixa correr numa monotonia enfadonha, os dias da juventude, que evita a sociedade e foge da boa convivência, caminha para o entorpecimento”, uma vez que “não é uma senhora é uma coisa qualquer, não será

uma esposa, será apenas a mulher propriamente dita, uma massa glutinosa sem consistência, um corpo sem movimento, um espírito sem espírito" (LEAL, 1892, p. 78).

Na mesma oportunidade, o escritor exemplificava, relatando que "muitas vezes em minhas excursões por vários estados, em lugares e pontos mesmo pouco recônditos, tenho notado que a filha", no seio familiar, "devido ao meio em que vive, procura de preferência a cozinha pela sala, aprecia mais a conversação sensaborona do labrego, do fâmulo ou do *camarada*, do que a do cavalheiro educado e correto no falar e no trajar". Leal julgava que seria "a bondade paterna que quase sempre se torna culpada destes males". Diante disso, propunha maior liberdade, já que "uma rapariga, que desde os primeiros dias da infância principia a conhecer o mundo, a lançar a vista sobre o bom e o mau, ilustrando-se e desenvolvendo-se, de dia para dia", quando fosse "chegada a hora em que se avizinha do precipício, terá forças, saber e conhecimento para evitá-lo, porque o cultivo da inteligência e a prática da vida fazem-na poder distinguir o visível do aparente". Tratando dos casos contrários a tal orientação, concluía que "outro tanto não sucede à menina tola, inexperiente, sem rudimentos de convivência" (LEAL, 1892, p. 78-79).

Em etapa bem mais adiantada da excursão, Leal referia-se a alguns dos males que julgava como causas dos atrasos no interior brasileiro, apontando que um deles seria o gerado pelo fato de que "os pais não curam da educação de seus filhos", além disso, referia-se à péssima remuneração dos professores. Especificamente a respeito do feminino, enfatizava que "a educação das

mulheres em Goiás é coisa em que ninguém cogita”, de modo que acabava por restar-lhes como destino, “ler um pouco e mal, fazer crochê, esperar o casório ou ficar para tia...”. Referindo-se à intelectual feminista francesa, Anne-Louise Germaine de Staël-Holstein, o autor mais uma vez argumentava que “isso tudo só por culpa dos pais e pela persistência destes em imitar os usos de seus antepassados”. Diante disso, pregava que todos deveriam seguir “os conselhos de madame de Stael que julga as mulheres aptas pra todos os arrojos do engenho humano, o que é uma verdade”. (LEAL, 1892, p. 136 e 162).

Outro comentário sobre a educação feminina deu-se no livro *Viagem a um país de selvagens*, no momento em que o escritor descrevia a cidade paraense de Cametá, afirmando que a mesma possuía “cinco escolas públicas e duas particulares”. De forma elogiosa, citava uma instituição específica voltada à formação educacional feminina, referindo-se à escola “dirigida por uma filha do senhor coronel M., cavalheiro distintíssimo e chefe de uma família modelo”, na qual “as meninas recebem luz e instrução, sobretudo conselhos de civilidade, conhecimento sobre o modo de simples dicção, segundo tive ensejo de observar” (LEAL, 1895, p. 36). Interessante observar que, apesar do enaltecimento à iniciativa, o nome da responsável pela casa de ensino não foi lembrado, havendo apenas a identificação a partir da paternidade. Poderia ser uma omissão proposital de parte do escritor, por alguma deferência respeitosa, ou uma simples falha da memória do narrador, ou ainda um ato falho do defensor do feminismo.

A grande manifestação de Oscar Leal em prol da emancipação feminina, expressa em seus livros sobre excursões ao Brasil, aparecia também em *Viagem a um país de selvagens*, já na parte final da narrativa, retratando o retorno do viajante pelo Pará. Nessa linha, quando passava os “últimos dias em Cametá”, localidade na qual ficou por algum tempo, durante o qual ocorreu a fundação de um clube literário. A partir da certa notoriedade que vinha conquistando como homem de letras, naturalista e “doutor-dentista”, foi inevitável o convite para que Leal fosse orador em tal inauguração. Uma vez realizado o convite, o escritor, após alguma reflexão, decidiu-se a falar sobre a educação da mulher, ressaltando que o tema despertara “um acolhimento que sempre esperei de tão seletó auditório, mas de que me considero fraco merecedor” (LEAL, 1895, p. 216-217), explicitando uma de suas marcas registradas, a falsa modéstia.

Leal revelava que tal assunto poderia gerar controvérsias, afirmando que sabia “perfeitamente que a franca manifestação de pensamento desperta opiniões e produz, em conjunto, afeiçoados e desafeiçoados”. Perante tal circunstância, mostrava-se desafiador, definindo-se como um “daqueles que preferem afrontar as consequências desferidas pela crítica, do que ditá-la a encoberto”, pois “os fins benéficos que dela devem provir, solidificar-se-ão melhor, muito melhor, em face do original que a produz”. Mais uma vez retomando sua falsa modéstia, Leal dizia que se o seu “mérito é mesquinho e diminuto para fazer realçar o seu valor, a nossa obra foi produzida em céu aberto sem as cores anônimas do costume, que empenam”, de modo que “outros mais abalizados, se assim o entenderem,

estender-lhe-ão as mãos, dando-lhe apoio e incremento” (LEAL, 1895, p. 217).

Após o introito preparatório, na busca do acolhimento público diante de assunto apontado como tão espinhoso, Oscar Leal explanava sobre as vivências das mulheres no Brasil e suas restritas opções educacionais, dando ênfase ao erro que seria a criação das moças voltadas inteiramente ao casamento. O escritor defendia que era “forçoso meditar”, de modo a verificar se o matrimônio era o melhor caminho, tanto para a mulher quanto para o homem, de modo a evitar arrependimentos, que poderiam redundar em ódio, não podendo o casório ser fruto apenas da “obediência a um capricho” (LEAL, 1895, p. 219). A partir de tais considerações, Leal realizava uma síntese acerca dos obstáculos que vinham prejudicando a emancipação feminina, mormente aquela movida a partir da educação:

Assim me foi dada ocasião de tratar da educação da mulher, porque para ela deve convergir as vistas de todos os bons patriotas.

É fato sabido e notório que, com raras exceções, a mulher no Brasil recebe uma educação rudimentar e quase sempre demais limitada, representando um papel secundário quando a sua inteligência lhe dá direito a vastas aspirações, impelindo-a baldamente a grandes cometimentos. Não podem, porém, atingir o ponto a que se destinam pelos estultos preconceitos que ainda predominam nos nossos meios hipócritas e que conseguem com o aplauso de muitos estorvar-lhes os passos.

A nossa sociedade é verdadeiramente estúpida; vivemos cercados de um romantismo impressionável, num todo falso e deleitável ao mesmo tempo.

Uma jovem molda o seu procedimento pelas obras românticas que lê e lhe abrasaram a imaginação, sem lembrar-se de que cai assim num mundo fictício e que se trai a si própria.

Depois os males advindos do *donjuanismo* introduzido na própria sociedade.

Quantas vezes vemos na rua, nas janelas, nas reuniões, nos passeios e nos teatros, um rapaz com pretensões a galanteador e uma moça com desejos de ser amada, ou ter um namorado, porque isso é moda, entregarem-se a idílios estapafúrdios, em que se descobrem gestos tolos, frases apatetadas, passagens ridículas, tudo originado pelo romanticismo?

E uma moça casa porque julga amar o noivo e ser amada simplesmente! Casa com ele porque é um rapaz bem falador, mas que só diz tolices, que veste bem, mas nada possui, nem profissão, nem saber, nem meios que lhe garantam o futuro da família e daí surge a hora do desengano quase sempre tarde.

Uma mulher enfim logo que nasce, encontra o berço alcatifado de flores e teteias; cresce, ainda menina chamam-lhe bonita pelo galanteio, continua a crescer, mira-se ao espelho a toda a hora e a todo o instante, certa de que na realidade é bonita e não lhe faltarão adoradores; esquece o estudo, deixa as costuras a um canto e vai para a janela namorar. A mucama, tipo de perdição que invade as casas de família, é quem a ajuda e lhe facilita os meios de corresponder-se com os namorados, uns toleirões que vivem nas

esquinas e que lhes escrevem cartinhas repletas de asneiras e sandices. (LEAL, 1895, p. 217-219)

Assim, a literatura de viagem traz consigo olhares que podem ir do conjuntural ao pontual, abrindo espaço para a abordagem do papel da mulher na sociedade visitada, como foi o caso dos relatos da lavra de Oscar Leal. Na escrita dos viajantes, o “eu” manifesta “interesse pela alteridade do mundo natural e social” que o cerca, “enquanto fonte de acumulação de experiências pessoais, consumação de fantasias, realização de desejos e atualização de ilusões” (GIUCCI, 1992, p. 30), de modo que ela “se fundamenta no sujeito que alegadamente protagonizou a experiência da viagem, esses textos tendem a desenvolver-se de modo assumidamente controlado por ele” (RITA, 2007, p. 274). Nessa linha, em seus testemunhos, Leal estabeleceu uma contradição entre sua práxis e o seu discurso, pois, por um prisma reificava a mulher, como uma coisa a ser conquistada ou apreciada pela sua aparência e, por outro, promovia a ideia da educação feminina, como caminho para a sua emancipação. Tal incoerência poderia advir de uma visão multifacetada, pela qual não importava a forma que eram tratadas as mulheres, pois, pelo menos para o campo discursivo, era necessário manter a perspectiva do homem moderno, progressista, científico e libertário, tendências para as quais a emancipação feminina ficaria plenamente a contento. Por outro lado, o autor poderia efetivamente acreditar naquele ideal emancipacionista, mas, ao mesmo tempo, para sustentar o interesse do público, poderia subverter seus princípios para demonstrar uma feição masculina mais desejável ou esperável em relação aos leitores.

Esses são apenas dois dos tantos vieses possíveis para observar a contradição em pauta, a qual não deixa de estar em consonância com o enorme conjunto de incongruências e idiossincrasias em grande parte típicas do próprio ser humano<sup>17</sup>.

## Referências bibliográficas

ASSUNÇÃO, P. Literatura de viagem: experiência e comunicação de novas ideias. In: QUINTEIRO, S.; BALEIRO, R. & SANTOS, I. D. (orgs.). *Turistas, viajantes e lugares literários*. Faro: Universidade do Algarve, 2016. p. 151-166.

AUGUSTIN, G. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

BLAKE, A. V. A. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, v. 5, 1900, v. 6.

BELLUZZO, A. M. A propósito d'*O Brasil dos viajantes*. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 30, junho/agosto 1996, p. 8-19.

GIUCCI, G. *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LEAL, O. *Viagem ao centro do Brasil (impressões)*. Lisboa: Tipografia Largo do Pelourinho, 1886.

---

<sup>17</sup> Artigo publicado em: *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 14, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2020.

LEAL, O. *Viagem às terras goianas (Brasil central)*. Lisboa: Tipografia Minerva Central, 1892.

LEAL, O. *Contos do meu tempo*. Recife: Tipografia de José Nogueira de Souza, 1893.

LEAL, O. *Viagem a um país de selvagens*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1895.

LEAL, O. *Dentistas e “dentistas” – crítica (de luva calçada) ao folheto de Francisco Ortiz O Dentista Moderno*. Lisboa: Livraria Editora da Viúva Tavares Cardoso, 1904.

PEREIRA, E. & RODRIGUES, G. *Portugal – dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. Lisboa: João Romano Torres & Cia. Editores, 1909. v. 4.

REICHEL, H. J. Relatos de viagens como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX). In: VÉSCIO, L. E. & SANTOS, P. B. (orgs.). *Literatura & História: perspectivas e convergências*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 55-77.

RITA, A. *No fundo dos espelhos [II] – em visita*. Porto: Caixotim Edições, 2007.

SEIXO, M. A. Entre cultura e natureza: ambiguidades do olhar viajante. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 120-133, junho/agosto 1996.

SILVA, I. F. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, t. 17.

TORRESÃO, G. Oscar Leal. In: *GIL BRAZ*. Lisboa, 10 maio 1898, a. 1, n. 2, p. 1-2.



# COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**

Cátedra CIPSH  
de Estudos Globais  
2020-2025



ISBN: 978-65-89557-35-7

9 786589 557357